

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Vilma Pereira

**REPARTIÇÃO PROPORCIONAL DE VAGAS NAS COMISSÕES
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA
PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA**

Brasília
2008

Vilma Pereira

**REPARTIÇÃO PROPORCIONAL DE VAGAS NAS COMISSÕES
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA
PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA**

Monografia apresentada como requisito para
aprovação no curso de Especialização em
Processo Legislativo da Câmara dos Deputados

Orientador: Prof. Ricardo de João Braga

Brasília
2008

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: __ Vilma Pereira

Data 18/04/08

Pereira, Vilma.

Repartição proporcional de vagas nas comissões parlamentares de inquérito [manuscrito] : aplicação do princípio da proporcionalidade partidária / Vilma Pereira. -- 2008.

99 f.

Orientador: Ricardo de João Braga.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) -- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Processo Legislativo, 2008.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Comissão parlamentar de inquérito (CPI), Brasil. 3. Representação proporcional, Brasil. 4. Representação partidária, Brasil. 5. Representação política, Brasil. 6. Minoria, Brasil. 7. Partido político, Brasil. 8. Quociente eleitoral, Brasil. I. Título.

CDU 342.537.7(81)

**REPARTIÇÃO PROPORCIONAL DE VAGAS NAS COMISSÕES
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA
PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA**

Monografia – Curso de Especialização em
Processo Legislativo da Câmara dos
Deputados – 1º semestre de 2008

Aluna: Vilma Pereira

Banca Examinadora:

Professor Ricardo de João Braga – Orientador

Professor Luiz Cláudio Alves dos Santos
Câmara dos Deputados

Brasília, 25 de fevereiro de 2008.

RESUMO

Este estudo busca apresentar os efeitos da aplicação do princípio da proporcionalidade partidária nos resultados dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito. Pretende também, como resultado exploratório da pesquisa realizada, mostrar a influência da qualidade individual dos membros das CPIs, independentemente de seus posicionamentos políticos; para tanto, decidiu-se pelo estudo da CPI da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, em virtude das características inusitadas que circunstanciaram a sua criação. A pesquisa baseou-se em fontes primárias e em literatura sobre sistema eleitoral proporcional, representação proporcional e relacionamento entre Legislativo e Executivo. Concluiu-se que, apesar de a Maioria governista se utilizar de todos os mecanismos constitucionais e regimentais para impor seu ritmo aos trabalhos da Comissão, a Minoria consegue impingir o debate político. Concluiu-se, também, que a qualidade e a qualificação individual dos membros, independentemente de serem da situação ou da oposição, são fatores determinantes para a projeção pessoal do Deputado e para o resultado final das investigações.

Palavras-chave: proporcionalidade partidária, Comissão Parlamentar, Comissão Parlamentar de Inquérito, representação proporcional, representação partidária, representação política, direito das minorias, partido político, Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, quociente eleitoral.

LISTA DE QUADROS E FIGURA

Quadro 1: Parâmetros de governabilidade	17
Quadro 2: Representação proporcional dos partidos políticos na Câmara dos Deputados – 1990/2006 (que também pretende se espelhar nas CPIs)	25
Quadro 3: As CPIs de 1946 a 2000, na Câmara dos Deputados.....	27
Quadro 4: Número de pronunciamentos, por partidos, sobre a CPI da Crise do Tráfego Aéreo	35
Quadro 5: Fatos mais marcantes da CPI.....	36
Quadro 6: Composição da CPI	37
Quadro 7: Proporcionalidade partidária nas eleições, na posse e na formação da CPI da Crise do Tráfego Aéreo, na Câmara dos Deputados.....	40
Quadro 8: Depoimentos na CPI da Crise Aérea.....	41
Quadro 9: Depoimentos na Subcomissão.....	46
Quadro 10: Uso da palavra (resultados mais expressivos).....	54
Figura 1: Resultado da votação dos requerimentos pautados.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCTA	Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APPA	Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves
CBA	Código Brasileiro de Aeronáutica
CENIPA	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes
CEPTA	Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas em Transporte Aéreo
CGNA	Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea
CINDACTAS	Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMAR	Comando Aéreo Regional
COMCLAR	Comissão de Coordenação de Linhas Aéreas Regulares
CONAC	Conselho de Aviação Civil
CONDABRA	Comando de Defesa Aérea Brasileira
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DACTA	Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
DAESP	Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DEM	Democratas
FIR	<i>Flight Information Region</i>
HOTRAN	Horário de Transporte
HUB	Ponto de Distribuição de Vôos
IAC	Instituto de Aviação Civil
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil
ICEA	Instituto de Controle do Espaço Aéreo
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IS	Instrução Suplementar
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEZPA	Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromo
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNAVSEC	Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PROFAA	Programa Nacional de Auxílio aos Aeroportos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde

PZR	Plano de Zoneamento de Ruído
RBHA	Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica
SECOB	Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SINART	Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SLOTS	Horário de Vôo
SNA	Sindicato Nacional dos Aeronautas
SNEA	Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 REFERENCIAL TEÓRICO: PROBLEMA DE PESQUISA	7
1.1 Representação política	7
1.1.1 Modelos de representação política	8
1.1.2 Representação proporcional.....	8
1.1.3 Sistemas eleitorais.....	9
1.1.4 O sistema proporcional	9
1.1.4.1 O sistema de voto único transferível	10
1.1.4.2 Representação proporcional de lista	11
1.1.4.3 A representação proporcional no Brasil.....	11
1.2 O princípio da proporcionalidade partidária na Câmara dos Deputados: aspectos constitucionais e regimentais	12
1.2.1 Dispositivos constitucionais	12
1.2.2 Dispositivos regimentais	13
1.2.3 Problema de pesquisa	14
1.3 Relacionamento Legislativo e Executivo	14
1.3.1 O presidencialismo de coalizão	14
1.3.2 Presidencialismo de coalizão e governabilidade.....	16
1.4 Debates sobre o controle legislativo	19
1.4.1 Controle vertical, controle horizontal, <i>accountability</i>	19
1.4.2 Por que criar Comissões Parlamentares de Inquérito? A fiscalização por meio dos mecanismos de <i>Fire Alarm</i> e de <i>Police Patrol</i>	20
2 COMISSÕES LEGISLATIVAS	22
2.1 Tipos e composição	22
2.2 Comissões Parlamentares de Inquérito	23
2.2.1 Aspectos constitucionais.....	23

2.2.2	Comissões Parlamentares criadas sob a vigência das diversas Constituições brasileiras	25
2.2.3	Aspectos políticos	27
3	METODOLOGIA	29
3.1	Estudo de Caso	29
3.2	Pesquisa documental	30
3.2.1	Periódicos e livros.....	30
3.2.2	Jornais e revistas.....	30
3.2.3	Legislação.....	30
3.2.4	Proposições e discursos	31
3.2.5	Pautas e atas de reuniões da CPI	31
3.2.6	Banco de dados.....	32
4	RESULTADO DA PESQUISA	33
4.1	Aspectos institucionais	33
4.2	Atuação partidária no Plenário da Câmara dos Deputados para criação da CPI e durante seus trabalhos.....	34
4.3	Cronologia dos fatos mais marcantes da CPI	36
4.4	Funcionamento da CPI.....	37
4.4.1	Aplicação do princípio da proporcionalidade na composição da CPI	39
4.4.2	Depoimentos.....	41
4.4.3	Cronologia e depoimentos na Subcomissão da Lei Geral da Aviação Civil.....	45
4.5	Relatório final	47
4.6	Voto em separado da bancada do PSDB, apresentado pelo Deputado Gustavo Fruet	51
4.7	Conclusões acerca do resultado da pesquisa.....	53
4.7.1	Supremacia da situação?	53
4.7.2	O debate político é preservado?.....	56
4.7.3	Qual a influência da qualidade pessoal dos deputados?	62
	CONCLUSÃO FINAL.....	69

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
APÊNDICES	71
Apêndice A – Requerimentos rejeitados segundo voto separado da bancada do PSDB	71
Apêndice B – Requerimentos rejeitados ou prejudicados segundo pesquisa nas pautas das reuniões.....	72
Apêndice C – Uso da palavra.....	77
Apêndice D – Requerimentos votados na ordem de inclusão na pauta da ordem do dia, organizada por temas.....	79

INTRODUÇÃO

O Brasil vive um regime de presidencialismo de coalizão, com Maiorias parlamentares muitas vezes instáveis, formadas à custa do clientelismo. O direito da Minoria de propor uma investigação parlamentar está assegurado na Constituição Federal e por jurisprudência firmada no STF.¹ A composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, como em qualquer outro órgão colegiado da Câmara dos Deputados, obedece ao princípio da distribuição proporcional de vagas, que garante maior número de vagas aos partidos da Maioria. O governo tem o poder de interferir no andamento da CPI por intermédio dos Líderes dos partidos integrantes de sua base de apoio. Questiona-se:

- 1 O direito constitucional da Minoria de criação e instalação de CPIs poderá ser usurpado pela Maioria no desenvolvimento dos trabalhos, uma vez que a Minoria não possui votos suficientes para fazer frente à Maioria?
- 2 O desempenho dos atores (Maioria/Minoria) visa apenas à visibilidade com relação aos seus eleitores? Esse intuito reforça o debate político?
- 3 Qual o grau de influência da qualidade individual dos membros da CPI, independentemente de seu papel (governo/oposição)?

Para responder a essas indagações, optou-se pelo estudo da criação, instalação, funcionamento e resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a averiguar a Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, instalada em 3 de maio de 2007.

Este trabalho busca apresentar os efeitos da aplicação do princípio da proporcionalidade partidária nos resultados dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito. Pretende também, como resultado exploratório da pesquisa realizada, mostrar a influência da qualidade individual dos membros da CPI, independentemente de seus posicionamentos políticos.

¹ Para conhecimento das decisões do STF, veja: **O SUPREMO** Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito. Brasília: Supremo Tribunal Federal/Secretaria de Documentação, 2006. 55 p.

Os pressupostos da teoria democrática moderna, a questão da representação política, a representação proporcional, os dispositivos constitucionais e regimentais do princípio da proporcionalidade partidária aplicados à Câmara dos Deputados são apresentados no capítulo 1. Nesse mesmo capítulo, apresentamos a teoria sobre o presidencialismo de coalizão e a questão da governabilidade, que explora a necessidade do governo federal de formar Maioria qualificada no parlamento brasileiro como pressuposto para a governabilidade, fator muito importante para a análise do estudo apresentado, uma vez que essa Maioria irá permear a composição de quase todos os órgãos colegiados da Câmara dos Deputados.

O funcionamento das comissões legislativas, com ênfase às Comissões Parlamentares de Inquérito, é apresentado no capítulo 2, em seus aspectos institucionais e políticos. A metodologia do estudo de caso é apresentada no capítulo 3, baseada em pesquisa documental primária que buscou verificar, nos requerimentos apresentados, aprovados, rejeitados ou prejudicados, no uso da palavra por membros da CPI, nos depoimentos, nas inquirições e nos embates políticos, se a preponderância numérica da Maioria teria o poder de dar o ritmo do governo no andamento e no resultado final dos trabalhos da CPI. O resultado da pesquisa é apresentado no capítulo 4 e, em seguida, vem a conclusão final do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO: PROBLEMA DE PESQUISA

O fundamento da teoria democrática moderna² é a legitimidade do poder conferido aos eleitores para eleger representantes nos parlamentos; os eleitores exercem sobre seus representantes o controle vertical, enquanto que o Poder Legislativo exerce sobre o Poder Executivo o controle horizontal. "A questão dos limites aos poderes políticos e do controle mútuo dos diversos ramos do poder deve ser considerada numa redefinição de democracia em que o controle horizontal atue de maneira complementar ao controle vertical."³ Bobbio apresenta sua avaliação do que seja democracia. Segundo ele:

Democracia [...] é [...] caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. [...] para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) é preciso que seja tomada com base em regras [...] é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condições de escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. – os direitos a base dos quais nasceu o estado liberal e foi construída a doutrina do estado de direito em sentido forte do estado que não apenas exerce o poder *sub lege*, mas o exerce dentro dos limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos “invioláveis” do indivíduo. Seja qual for o fundamento filosófico destes direitos, eles são o pressuposto necessário para o correto funcionamento dos próprios mecanismos predominantemente procedimentais que caracterizam um regime democrático.⁴

1.1 Representação política

Cotta define a representação política como “um sistema institucionalizado de responsabilidade política, realizada através da designação eleitoral livre de certos

² Que tem em Schumpeter sua principal referência (PATEMAN, 1992).

³ LEMOS (2005).

⁴ BOBBIO (1986, p. 18-20).

organismos políticos fundamentais (o mais das vezes, o Parlamento)".⁵ O sentido da representação política está na possibilidade do controle do poder político, atribuído a quem não pode exercer pessoalmente o poder, ou, ainda, pode ser percebido como um mecanismo particular para a realização de uma operação de controle entre governantes e governados.

1.1.1 Modelos de representação política

Os seguintes modelos de representação política são também apresentados:⁶

a) A representação como relação de **delegação**: o representante é privado de autonomia e iniciativa das instituições que representa. É o chamado *mandato imperativo*; as Constituições modernas não o abrigam, sendo mais empregado em organizações internacionais.

b) A representação como modelo de **confiança**: o representante tem autonomia para exercer sua representação segundo a sua percepção pessoal do que seria o interesse de seu representado.

c) A representação como **espelho** ou *representação sociológica*: concebe o organismo representativo como um microcosmo que fielmente reproduz as características do corpo político.

No entanto, Cotta ressalta que:

[...] um atento exame da realidade dos sistemas políticos representativos permite dar-mo-nos conta de que nenhum destes três modelos consegue uma atuação completa, em sua forma pura. Pelo contrário, poderia ser bastante exato no plano descritivo definir o representante um fiduciário controlado que em algumas de suas características, espelha as de seus eleitores.⁷

1.1.2 Representação proporcional

⁵ COTTA (1998, v. 2, p. 1.104-1.105).

⁶ *Ibidem* (p. 1.102-1.104).

⁷ *Ibidem* (p. 1.102-1.110).

A representação proporcional está fundamentada no sistema eleitoral proporcional. A escolha do sistema eleitoral é uma das mais importantes decisões para qualquer democracia. O sistema eleitoral define e estrutura as regras do jogo político, a forma determinante da eleição, como a campanha eleitoral é disputada, o papel dos partidos políticos, e, o mais importante, quem governa. A representação proporcional possibilita a representação das Minorias nos parlamentos.

1.1.3 Sistemas eleitorais

Sistema eleitoral é o conjunto de regras que define como em uma determinada eleição o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos (cadeiras no Legislativo e chefia no Executivo).⁸

Outras regras também compõem o sistema, tais como o conjunto de eleitores aptos a votar, obrigatoriedade ou facultatividade do voto, os critérios de propaganda eleitoral, controle de gastos em campanhas eleitorais, os critérios de divulgação das pesquisas eleitorais etc.

De uma maneira geral, os sistemas eleitorais são classificados em majoritários e proporcionais. Este estudo se ocupará apenas da representação proporcional.

1.1.4 O sistema proporcional

Os sistemas eleitorais proporcionais são instrumentos institucionais eficazes para realizar uma representação das características do corpo social. Além das características essencialmente políticas e ideológicas, podem representar características socioeconômicas, profissionais, religiosas, culturais, étnicas, de gênero etc.⁹ Jairo Nicolau assevera que a

⁸ NICOLAU (2004, p. 10).

⁹ COTTA (2004, v. 2, p. 1.103).

fórmula proporcional tem duas preocupações principais: assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no Legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação¹⁰.

Na prática, a maior ou menor correspondência (proporcionalidade) depende de uma série de fatores. Existem duas variantes de representação proporcional: o **sistema de voto único transferível** e a **representação proporcional de lista**.

1.1.4.1 O sistema de voto único transferível

O sistema de voto único transferível objetiva a garantia de representação dos diversos segmentos sociais, vinculados ou não a partidos políticos. Nesse sistema é calculada uma cota de votos que cada candidato deve atingir para ser representado. Ele foi introduzido por Thomas Hare (1859) no *Tratado sobre a eleição de representantes, parlamentar e municipal*, onde defende o sistema por garantir o assento de personalidades com visão de âmbito nacional, e não apenas representantes locais vinculados a partidos políticos. J. Stuart Mill, crítico da qualidade dos representantes assentados na Câmara dos Comuns na Inglaterra, endossou a teoria de Hare na obra *Governo de Representantes* (1861).

Os partidos apresentam candidatos até o número da magnitude¹¹ do distrito. O primeiro passo é calcular uma quota (número de votos dividido pelo número de cadeiras mais um) em cada distrito. Assim, é calculado o número de votos necessários para a eleição de cada representante; os eleitores assinalam na lista a ordem de sua preferência. Os candidatos que atingirem a cota estarão eleitos. Se, numa primeira apuração, não forem preenchidas as cadeiras, os votos dos candidatos que excederam a cota de eleição serão transferidos a outros candidatos, segundo a preferência demonstrada pelo eleitor. Também é utilizado o sistema de transferência de votos dos candidatos eliminados.¹²

¹⁰ NICOLAU (2004, p. 37).

¹¹ Magnitude é o número de representantes de cada distrito eleitoral. Por exemplo, para eleições de Deputados Federais, a magnitude do Distrito Federal é igual a oito, ou seja, oito Deputados representam o Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

¹² NICOLAU (2004, p. 38).

1.1.4.2 Representação proporcional de lista

A representação proporcional de lista tem o mesmo objetivo do sistema de voto único transferível, com o diferencial de "utilizar o partido como unidade fundamental". Foi proposta inicialmente, em 1878, por Victor d'Hondt com o intuito de "permitir a representação das opiniões da sociedade expressas pelos partidos políticos". Propunha a apresentação, pelo partido, de uma lista de candidatos, e a distribuição dos assentos nos parlamentos seria feita de acordo com os votos dados em cada lista partidária. No sistema proporcional de lista é necessário utilizar fórmulas para repartição das cadeiras de cada distrito entre os partidos: fórmulas das maiores médias, que utilizam um divisor, e das maiores sobras, que utilizam cotas.¹³

1.1.4.3 A representação proporcional no Brasil

A primeira eleição no Brasil a usar a fórmula eleitoral foi realizada em 1945; utilizou-se a quota Hare (quociente eleitoral), favorecendo o partido mais votado em cada distrito. Procedeu-se da seguinte maneira: dividiu-se o total de votos dos partidos ou coligações, mais os votos em branco, pelo número de cadeiras do distrito eleitoral. A cota obtida funcionou como cláusula de exclusão. Os partidos que não atingiam a cota eram eliminados, e as cadeiras não ocupadas por eles eram transferidas para os mais votados. As regras para a distribuição das cotas sofreram alteração a partir de 1950, sendo que a votação de cada partido foi dividida pelo número de cadeiras obtidas na primeira alocação mais 1 (um). A única alteração em 1998 foi a do não-cômputo dos votos em branco no quociente eleitoral¹⁴.

¹³ *Ibidem* (p. 42-44).

¹⁴ *Ibidem* (p. 45).

1.2 O princípio da proporcionalidade partidária na Câmara dos Deputados: aspectos constitucionais e regimentais

A representação proporcional estrutura o funcionamento interno da Câmara dos Deputados. Na composição dos órgãos colegiados desta Casa Legislativa, é observada a repartição proporcional de vagas, para respeitar o princípio da proporcionalidade partidária que tenta espelhar a proporção de votos obtida pelos partidos políticos no resultado das eleições.

1.2.1 Dispositivos constitucionais

A Constituição Federal, em seu artigo 45, dispõe sobre a eleição dos Deputados Federais pelo sistema proporcional, bem como o número máximo (setenta) e mínimo (oito) de representantes de cada unidade federativa. Em seu artigo 14, determina que o voto será universal, direto e secreto, com igual valor para todos. No entanto, existe uma grande discussão sobre essa igualdade de votos. Para Soares & Lourenço, isso não ocorre, havendo pesos diferentes para os votos dos eleitores, dependendo do distrito eleitoral:

[...] a desproporcionalidade decorre, principalmente, da legislação eleitoral que define os estados como distritos e estabelece um patamar mínimo e máximo para a representação destes na câmara baixa: respectivamente oito e setenta deputados federais. O resultado, segundo os críticos, é a violação do princípio igualitário da democracia, com os votos de alguns cidadãos tendo maior valor: o eleitor de Roraima ou do Acre em comparação com o de São Paulo, para citar os casos mais extremos. A conclusão é que o aperfeiçoamento da democracia exigiria a representação igualitária dos cidadãos, ou seja, a correspondência entre o percentual de população e o de deputados federais em cada estado de nossa federação.¹⁵

¹⁵ SOARES & LOURENÇO, 2004, p. 3.

Os dispositivos constitucionais relativos às comissões estabelecem que tanto o Congresso Nacional, quanto a Câmara dos Deputados e o Senado Federal criem comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e atribuições previstas nos respectivos regimentos internos e nos atos de suas criações, sendo que na composição de cada uma delas deverá ser observada a representação proporcional dos partidos ou blocos que participam da respectiva Casa (CF, art. 58 e § 1º).

1.2.2 Dispositivos regimentais

A eleição dos membros da Mesa far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, exigido maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta dos Deputados, observada, dentre outras, a seguinte exigência e formalidade:

I – registro, perante a Mesa, individualmente ou por chapa, de candidatos previamente escolhidos pelas bancadas dos partidos ou blocos parlamentares aos cargos que, de acordo com o **princípio da representação proporcional**, tenham sido distribuídos a esses partidos ou blocos parlamentares (RICD, art. 7º, I).

Na constituição das **comissões**, tanto quanto possível, será assegurada a **distribuição proporcional de vagas**, incluindo-se sempre um membro da Minoria, ainda que pela proporcionalidade partidária não lhe caiba lugar (RICD, art. 23, parágrafo único).

O número de membros efetivos das comissões permanentes será fixado por ato da Mesa, ouvido o Colégio de Líderes, no início dos trabalhos de cada legislatura, levando em conta a composição da Casa em face do número de comissões, de modo a permitir a observância, tanto quanto possível, do **princípio da proporcionalidade partidária** e demais critérios e normas para a representação das bancadas. Nenhuma comissão terá mais que doze centésimos e nem menos que três e meio centésimos do total de Deputados, desprezando-se as frações (RICD, art. 25, §§ 1º e 2º).

As comissões temporárias (especiais, externas e Comissões Parlamentares de Inquérito) terão número de membros fixado pelo ato de sua criação, que também obedecerá ao **princípio da proporcionalidade partidária** em sua composição (RICD, art. 33, §§ 1º, 2º e 3º).

Também o regimento estatui a aplicação da proporcionalidade partidária nos demais órgãos da Câmara, a saber: Procuradoria Parlamentar (RICD, art. 21); subcomissões permanentes (RICD, art. 29, § 1º); Turmas das comissões permanentes que não constituírem subcomissões (RICD, art. 30, § 2º); Subcomissão Especial de tomada de contas do Presidente da República (RICD, art. 215, § 2º); Comissão Representativa do Congresso Nacional (RICD, art. 224, parágrafo único); Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica (RICD, art. 277).

1.2.3 Problema de pesquisa

A proporcionalidade partidária na composição dos órgãos integrantes da Câmara dos Deputados é prevista tanto na Constituição Federal quanto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados e visa à garantia da proporcionalidade da representação dos partidos políticos determinada pelo resultado das eleições. A representação proporcional conforma a composição e o comando das Comissões Parlamentares de Inquérito. Busca-se aqui, em um caso, ver qual a consequência dessa composição para o funcionamento e resultado da CPI.

1.3 Relacionamento Legislativo e Executivo

O Executivo Federal precisa de apoio na formação de maioria qualificada no Legislativo para barrar propostas prejudiciais ao seu programa de governo ou aprovar propostas de seu interesse, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, uma vez que o sistema parlamentar brasileiro é bicameral. Para alcançar esse objetivo, encontra algumas dificuldades que serão expostas a seguir.

1.3.1 O presidencialismo de coalizão

A expressão “presidencialismo de coalizão” foi cunhada por Sérgio Abranches em artigo que publicou em 1988.¹⁶ Analisando historicamente a dinâmica

¹⁶ ABRANCHES (1988, p. 5-33).

macropolítica brasileira, Abranches¹⁷ observa que ela se apresenta com elementos que, em conjunto, são propiciadores de desestabilização, quais sejam: o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional parlamentar.

Ele analisa outras democracias modernas: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América do Norte, Finlândia, França, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Inglaterra e Suécia, dentre as quais nove adotam o sistema de representação parlamentar, treze têm parlamentos bicamerais, doze têm mais de três partidos com representação superior a 5% na câmara baixa. De todos os países, apenas dois (Estados Unidos e Nova Zelândia) são bipartidários.

Sobre a representação partidária, Abranches¹⁸ observa que existe uma preocupação exagerada com o multipartidarismo brasileiro. Argumenta que o sistema eleitoral praticado no País regula a formação de partidos pelo quociente partidário e pela regra de distribuição de sobras de quotas. Além do mais, no sistema proporcional, o fracionamento partidário reflete a representação dos segmentos sociais significativos. No entanto, as coligações partidárias, muito mais usuais no Brasil, podem levar à fragmentação partidária por permitir a sobrevivência de partidos “de baixa densidade eleitoral”.

O Brasil possui algumas características comuns a esses países: sistema proporcional de representação parlamentar, parlamento bicameral, mais de três partidos com representação acima de 5% do eleitorado.¹⁹ A grande maioria das democracias modernas é parlamentarista; a única democracia presidencialista pura é a dos Estados Unidos, denominada por especialistas de “presidencialismo imperial”.²⁰ Abranches assevera que²¹ “Não existe, nas liberais-democracias mais

¹⁷ *Ibidem* (p. 7).

¹⁸ *Ibidem* (p. 11).

¹⁹ *Ibidem* (p. 12).

²⁰ “O termo ‘presidência imperial’ era bastante usado nos anos 60 nos EUA para referir-se ao presidente e seus assessores. Dizia respeito ao crescimento da instituição da presidência e à ampliação de prerrogativas do presidente” (LEMOS, 2007, p. 18).

²¹ Essa opinião se refere a 1988. Em 2000, já com a constatação da existência do presidencialismo de coalizão em outros países, afirma: “Talvez tenha chegado a hora de pensarmos em mecanismos de gestão política que garantam melhor governabilidade, em vez de ficarmos imaginando como produzir maiorias impossíveis” (ABRANCHES, 2000).

estáveis, um só exemplo de associação entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo.”²²

Das análises das peculiaridades sobre as regras de representação (sistema majoritário-districtal-parlamentarista, sistema proporcional-parlamentarista etc.), e as coalizões necessárias para a formação dos gabinetes, Abranches ressalta que **o Brasil é o único país que, além de combinar proporcionalidade, multipartidarismo e presidencialismo, organiza o Executivo com base em grandes coalizões, que chama de “presidencialismo de coalizão”**²³.

De 1946 até a Nova República, a prática esteve sempre presente, com a influência dos governadores na vertente regional na formação da coalizão político-partidária, para permitir ao governo a formação de maioria qualificada no parlamento a fim de barrar propostas prejudiciais ao seu programa de governo ou aprovar propostas de seu interesse. Na repartição de poder entre os partidos integrantes da coalizão, os Ministérios são classificados como de “direção política” ou de “gastos ou clientela”, para satisfazer critérios regionais ou partidários, conforme o caso. Analisando as características da coalizão, Abranches ressalta o seu alto grau de instabilidade, devido aos constantes acordos necessários para sua manutenção, visando satisfazer a busca por maiores ganhos por parte de seus integrantes, além da existência de pontos considerados inegociáveis pelos participantes e da inexistência de instância institucional para solução de conflitos, o que ocasiona um grande desgaste da autoridade e do poder de influência do Presidente da República. As condições de governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro são analisadas a seguir.

1.3.2 Presidencialismo de coalizão e governabilidade

A partir das características do presidencialismo de coalizão, Vicente Palermo²⁴ traça os parâmetros das quatro correntes de discussão sobre a governabilidade do sistema presidencialista brasileiro, firmadas no cruzamento dos pressupostos *Concentração do Poder Decisório e Governabilidade*.

²² ABRANCHES (1988, p. 19).

²³ *Ibidem* (p. 21). Grifo nosso.

²⁴ PALERMO (2000) p. 521-557.

Quadro 1: Parâmetros de governabilidade

	I Baixa capacidade de decidir e implementar	G Razoável capacidade de decidir e implementar
D Poder decisório disperso	D-I: disperso/ingovernável (a governabilidade está fora do alcance da estrutura institucional vigente)	D-G: disperso/governável (a governabilidade obtém-se graças à capacidade de produção negociada de decisões)
C Poder decisório concentrado	C-I: concentrado/ingovernável (a governabilidade se tenta obter por exclusão, e fracassa nesse propósito)	C-G: concentrado/governável (a governabilidade obtém-se graças à capacidade dos presidentes de forçarem os outros atores a cooperar)

Fonte: Palermo(2000)

I O quadrante D/I: Disperso/Ingovernável²⁵

Os autores que defendem esta teoria estabelecem um enfoque clássico sobre a dispersão do poder e ingovernabilidade com as seguintes premissas:

- a) a necessidade do Executivo de maioria parlamentar qualificada num sistema proporcional multipartidarismo de lista aberta;
- b) “o federalismo centrífugo” que reforça a dispersão do poder já corroído pela fragmentação do sistema partidário, acrescido pelo fortalecimento do federalismo instituído pela Constituição Federal de 1988, consubstanciado nas transferências de recursos financeiros públicos sem uma clara definição de responsabilidades;
- c) o sistema partidário consolidado em torno de lideranças regionais, favorecendo a influência dos governadores sobre as bancadas estaduais no Congresso Nacional. Nesse cenário, o resultado seria o **conflito e a ingovernabilidade**.

II O quadrante C/I: Concentrado/Ingovernável²⁶

²⁵ PALERMO (2000) cita os seguintes autores nessa linha de pensamento: Lamounier (1994); Mainwaring (1991, 1997); Sartori (1994); Mainwaring e Shugart (1997); Shugart e Carey (1992); Mainwaring (1997); Stepan (1999).

²⁶ PALERMO (2000) cita os seguintes autores nessa linha de pensamento: Diniz (1997); Monteiro (1997); Santos (1999a); Pessanha (1997).

Neste ramo teórico, o quadro institucional é igual ao referido no quadrante D/I, com a ressalva do uso exacerbado, pelo Presidente da República, dos mecanismos proativos colocados a seu dispor, por exemplo, na edição de medidas provisórias, excluindo os outros atores do processo legislativo, com alto risco de conflitos e de deterioração do sistema representativo, uma vez que o Legislativo também usará sua força para impedir que o Executivo execute suas políticas. Nesse cenário, o resultado também seria o **conflito** e a **ingovernabilidade**.

III O quadrante C/G: Concentrado/Governável²⁷

Ao contrário das interpretações anteriores, neste ramo teórico, o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo é de cooperação, e não de exclusão, tendo como figura catalisadora do processo de negociação o Presidente da República. A Constituição de 1988 colocou à disposição do Executivo instrumentos proativos, tais como: a competência para editar medidas provisórias, com força de lei (art. 62); a capacidade de impedir que o Congresso aumente qualquer despesa (art. 63, I); a possibilidade de solicitação de regime de urgência para a tramitação de propostas oriundas do Executivo (art. 64). Por outro lado, houve também uma grande concentração de poder dentro do Legislativo, a saber: na Câmara dos Deputados, a Mesa e os Líderes partidários têm poder para 1) organizar a pauta legislativa; 2) indicar parlamentares para as comissões e substituí-los, a qualquer momento; 3) retirar matérias das comissões para deliberação em regime de urgência; e 4) restringir o poder dos Deputados para emendar e destacar parte de proposições para votação em separado. Ao contrário do que supõem as interpretações anteriores, os partidos políticos apresentam um elevado grau de disciplina. Nesse cenário, o resultado seria a **cooperação** e a **governabilidade**.

²⁷ Dentre os trabalhos mais representativos do ponto de vista que considera que a governabilidade se obtém com base na concentração do poder decisório, segundo Palermo (2000), destacam-se: Figueiredo e Limongi (1995, 1997); Limongi e Figueiredo (1998); Santos (1999a, 1999b); Diniz (1997).

IV Quadrante D/G: Disperso/Governável²⁸

Teoria em que os atores são múltiplos e os partidos políticos exercem a função de ponte no processo. Reconhece-se a importância do Líder partidário no processo de negociação e de convencimento, porém, tanto o Presidente da República quanto os Líderes têm a consciência de que prazos exíguos, tanto da votação de medidas provisórias quanto de matérias em regime de urgência, requerem sensibilidade para a decisão de não enviar ao Congresso projetos fadados à rejeição. Nesse cenário, o resultado seria a **harmonia** e a **governabilidade**.

Como visto neste capítulo, o sistema presidencialista brasileiro exige uma intensa e constante negociação para formação de maioria governamental qualificada no Congresso Nacional. Essa situação tem reflexos significativos no funcionamento das CPIs.

1.4 Debates sobre o controle legislativo²⁹

O controle (*accountability*) legislativo é exercido tanto do Legislativo com relação ao Executivo quanto dos eleitores sobre seus representantes no Legislativo. Lemos (2005, p. 6) afirma que “O desempenho adequado dos mecanismos de *accountability* horizontal incide positivamente sobre o exercício da *accountability* vertical, no plano eleitoral, na medida em que diminui a assimetria informacional entre os autores”. Assim, a questão dos limites aos poderes políticos e do controle mútuo dos diversos ramos do poder deve ser considerada numa redefinição de democracia, em que o controle horizontal atue de maneira complementar ao controle vertical.

1.4.1 Controle vertical, controle horizontal, *accountability*

²⁸ Palermo aponta como obras principais: Figueiredo e Limongi (1998); Nicolau (1999); Santos (1999a) e Stepan (1999); Meneguello (1998); Nicolau (ver, p. ex., 1999); Figueiredo e Limongi, Stepan (1999, p. 242); Nobre e Torres Freire; Amorim Neto e Tafner.

²⁹ Item analisado de acordo com estudo realizado por Vicente Palermo, em 2000, e Leany Lemos, em 2005.

Segundo o dicionário Larousse Cultural, o termo “controle” significa: “1) Ato ou efeito de controlar, governo domínio. 2) Verificação administrativa; fiscalização. 3) Dispositivo capaz de comandar qualquer máquina. 4. Domínio de si mesmo.”

Em inglês, *accountability* significa: “1) Responsabilidade final {para a administração}. 2) Responsabilidade sujeita a prestação de contas {para negócios³⁰}. A avaliação dos governantes é incontestável porque os eleitores detêm a prerrogativa de elevar pessoas ou retirá-las do poder.

A visão padrão de como funciona o mecanismo de prestação de contas baseia-se no "voto retrospectivo". Nesse enfoque, os cidadãos estabelecem algum parâmetro de desempenho para avaliar os governantes [...]. Os cidadãos votam contra os representantes a menos que satisfaçam esses critérios. Por sua vez, o governo, esperando ser reeleito e antecipando a regra de decisão dos eleitores, fará o que for possível para satisfazer tais critérios.³¹

1.4.2 Por que criar Comissões Parlamentares de Inquérito? A fiscalização por meio dos mecanismos de *Fire Alarm* e de *Police Patrol*³²

O Congresso norte-americano tem grande poder na criação e suporte orçamentário das agências governamentais. Tem também a obrigatoriedade de fiscalizar o funcionamento dessas agências (*oversight*)³³. Existem duas formas de fiscalização: *fire alarm* (*alarme de incêndio*) e *police patrol* (*patrulha de polícia*). Durante muito tempo pensou-se que a preferência dos congressistas pelo mecanismo *fire alarm* representaria uma escolha fácil, com evidente demérito da atividade parlamentar. O trabalho de McCubins & Schwartz (1984) sobre esses mecanismos de controle revelou que, enquanto a *police patrol* é a atividade investigatória (*oversight*) formal *ex post* oriunda e centralizada no Congresso, rotineira, com averiguações locais, apreciação de documentos e audiências com os custos assumidos pelo Congresso, o *fire alarm* é uma atividade informal, *ex ante* com o acesso a informações por grupos organizados municiada pelos congressistas

³⁰ Babylon. Disponível em: <http://www.babylon.com/definition/accountability/Portuguese>.

³¹ MANIN, PRZEWORSKI & STOKES (2006, p. 121).

³² MCCUBBINS & SCHWARTZ (1984), *apud* BRAGA (2006, p. 20-22).

³³ Do inglês, “supervisão”.

e com custos da atuação assumidos pelos agentes envolvidos. A preferência pelo *fire alarm* é racional porque, além de proceder a investigações que interessam aos eleitores, reafirma-se a ligação entre o congressista e seus eleitores, contando pontos para a reeleição e com custos baixos, além de que, às vezes, o simples acionamento do *fire alarm* já provoca alteração no comportamento da agência objeto do foco.

No caso brasileiro, as comissões legislativas têm, além de suas competências normais, a capacidade fiscalizatória, que permite até o requerimento de convocação de ministro de estado para prestação de esclarecimentos. No entanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes investigatórios próprios, suporte administrativo próprio ou requisitado de outros órgãos e, geralmente, propicia uma grande visibilidade dos parlamentares frente a seus eleitores, além de facultar a fiscalização rigorosa do Executivo. Pode ter efeitos similares aos dos *Fire Alarms* do Congresso Americano.

2 COMISSÕES LEGISLATIVAS³⁴

2.1 Tipos e composição

As comissões legislativas dividem-se em permanentes e temporárias. As comissões permanentes (art. 24, RICD) são organizadas por temas e têm como competência geral as elencadas na Constituição Federal e as especificadas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O número de membros das comissões permanentes é fixado pela Mesa Diretora da Casa, ouvido o Colégio de Líderes, no início de cada legislatura, levando-se em conta o princípio da proporcionalidade partidária e demais critérios e normas para a representação das bancadas (arts. 25 e 26, RICD).

Os campos temáticos ou áreas de atividades de cada comissão permanente abrangem ainda os órgãos e programas governamentais com eles relacionados e o respectivo acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da competência da Comissão Mista Permanente a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.³⁵

As comissões temporárias serão compostas pelo número de membros previsto no ato de sua criação, que serão designados pelo presidente da Câmara dos Deputados, por indicação dos Líderes partidários. Se não houver manifestação dos Líderes, o presidente, em 48 horas, fará a designação dos membros. Na composição das comissões temporárias far-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de maneira que todos os partidos ou blocos sejam representados (art. 33, §§ 1º, 2º e 3º, RICD). As comissões temporárias se dividem em: especiais, de inquérito e externas.

As comissões especiais (art. 34, RICD) serão criadas para:

³⁴ As disposições sobre as comissões legislativas constam do art. 58, e seus parágrafos e incisos, da Constituição Federal, da Resolução da Câmara dos Deputados nº 34, de 2005, e dos arts. 22 a 59 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

³⁵ Redação dada pela Resolução nº 20, de 2004.

- a) examinar proposições cujo conteúdo abranger temas de competência de mais de três comissões permanentes que devam pronunciar-se sobre o mérito das matérias;
- b) examinar propostas de emenda à Constituição (PECs).

As comissões especiais se pronunciarão sobre o mérito e a admissibilidade das matérias em apreciação. Pelo menos a metade de seus membros titulares deverá ser também de titulares de comissões permanentes cujos temas se relacionem com a matéria em estudo.

As comissões externas (art. 38, RICD) serão criadas para cumprir missão temporária autorizada. Deverão ser deliberadas pelo Plenário quanto importarem em ônus para a Casa. Missão autorizada é aquela que implica o afastamento do parlamentar por até oito sessões, se em território nacional, e por até trinta sessões se no exterior.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, por requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, serão criadas para investigar fato determinado e por prazo certo (arts. 35 e 36, RICD).

2.2 Comissões Parlamentares de Inquérito

A função fiscalizatória do Poder Legislativo, mesmo antes de sua inscrição no texto constitucional, era exercida sobre o Poder Executivo, pela utilização de procedimentos judiciais usuais. Após sua previsão, na Constituição de 1934, a atividade vem sendo aperfeiçoada, por meio das diversas Constituições, ganhando *status* jurídico.³⁶

2.2.1 Aspectos constitucionais³⁷

A seguir, apresentamos os fatos mais significativos referentes às CPIs nas diversas Constituições brasileiras a partir da Constituição de 1934.

³⁶ NINA (2005, p. 367-374).

³⁷ SALGADO (2001, p. 52).

- Constituição de 1934: as Comissões Parlamentares de Inquérito eram criadas apenas pela Câmara dos Deputados. Já era prevista a necessidade do requerimento subscrito por um terço dos membros da Câmara e a existência de **fatos determinados** (no plural) para investigação.
- Constituição de 1937: período ditatorial. Hipertrofia do Executivo. Não havia previsão de investigação parlamentar.
- Constituição de 1946: Constituição liberal. Previa a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação de **fato determinado** (no singular) e introduziu a proporcionalidade partidária na composição da CPI. Foi também instituída a investigação parlamentar no Senado Federal e aprovada a Lei nº 1.579, de 1952, que disciplinou as Comissões Parlamentares de Inquérito.
- Constituição de 1967: apesar de ser outorgada em período autoritário, o texto não só manteve as prerrogativas estatuídas na Constituição de 1946 como também introduziu a criação de **Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. Inovou também no prazo determinado de funcionamento da CPI.**
- Emenda Constitucional nº 1, de 1969: repete o disposto na Constituição de 1967, **inova na dificuldade de convocação de Ministros de Estado e limita o número do funcionamento de comissões simultâneas a cinco.**
- Constituição de 1988: **inovou dando poderes de investigação próprios das autoridades judiciais às Comissões Parlamentares de Inquérito; introduziu o envio do resultado das investigações ao Ministério Público, conforme o caso; e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados possibilitou a criação de CPIs além de cinco simultâneas, mediante requerimento aprovado em Plenário.**

Ainda sobre a Constituição de 1988, Alves observa:

A Constituição Federal garante, ainda, a **proporcionalidade partidária** , princípio gerado a partir do pluralismo político e da atuação em nível nacional dos partidos, obrigando as constituições estaduais e leis orgânicas municipais e distrital a adotarem o mesmo

raciocínio. Vejamos o disposto no art. 58, § 1º: "Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa". A não-observância deste princípio pode acarretar a invalidação dos trabalhos, seja pela própria Casa legislativa ou judicialmente. Outro benefício concedido às minorias partidárias, vez que a proporcionalidade deve ocorrer não só durante a criação da CPI, mas durante a fase inquisitorial, consiste na obrigatoriedade de rodízio entre bancadas. Determinado partido que não tenha participado de Comissão Parlamentar de Inquérito anterior terá sua inserção na seguinte, obstando a predominância de partidos de grande porte em detrimento dos menores.³⁸

No quadro abaixo, representamos a proporcionalidade partidária determinada pelo resultado das eleições proporcionais que se procurou representar na composição dos órgãos colegiados da Câmara dos Deputados desde 1990.

Quadro 2: Representação proporcional dos partidos políticos na Câmara dos Deputados – 1990/2006 (que também pretende se espelhar nas CPIs)

PARTIDO	1990	1994	1998	2002	2006
PCB/PPS	0,6	0,4	0,6	2,9	3,9
PCdoB	1,0	1,9	1,4	2,3	2,1
PDS/PPR/PPB/PP	8,3	10,1	11,4	9,6	3,9
PDT	9,1	6,6	4,9	4,1	5,2
PFL	16,5	17,0	20,5	16,4	10,8
PL	3,2	2,5	2,3	5,1	4,3
PMDB	21,5	20,9	16,2	14,4	14,4
PSB	2,2	2,9	3,7	4,3	6,1
PSDB	7,6	12,1	19,4	13,8	13,7
PT	7,0	9,6	11,3	17,7	14,9
PTB	7,6	6,0	6,0	5,1	4,7
OUTROS	15,4	9,7	2,1	4,3	11,9

Fonte: TSE – Médias de resultados.

2.2.2 Comissões Parlamentares criadas sob a vigência das diversas Constituições brasileiras³⁹

³⁸ ALVES (2004, p. 319). (Grifo nosso)

³⁹ OLIVEIRA (1999, p. 36).

Apresentamos abaixo um panorama de CPIs criadas em circunstâncias diferentes, de acordo com as restrições ou incentivos contidos nos textos constitucionais vigentes à época.

- CF 1934: seis propostas de criação, duas realizadas.
- CF 1946: foram criadas 253 CPIs: 241 pela Câmara dos Deputados e 13 pelo Senado Federal.
- CF 1967 e Emenda Constitucional nº 1, de 1969: entre 1969 e 1973, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados. Após 1974, retomou-se o ritmo normal de criação de comissões.
- CF 1988: sob a égide da Constituição de 1988, várias CPIs e CPIMs foram instaladas. Dentre elas destacaram-se: CPMI – PC Farias (1992) – averiguação de denúncias de Pedro Collor de Mello – resultou no *Impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello; CPMI do Orçamento (1993) – desvio de verbas do orçamento – cassação de seis Deputados e renúncia de quatro; CPMI do Senado sobre Precatórios (1997) – Prefeitos e Governadores – dívida pública (sem punição); CPI dos Bancos (Senado Federal, 1999) – irregularidades praticadas no Proer pelo Banco Central; CPI do Narcotráfico (Câmara dos Deputados, 1999); CPMI dos Correios (2006) – Mensalão.

Apresentamos a seguir um panorama numérico das CPIs criadas, das não-concluídas e das não-instaladas, de 1946 a 2000.

desvios, apropriação, malversação de verbas públicas podem iniciar um "*fire alarm*" na Câmara dos Deputados. O governo, por intermédio das lideranças partidárias alinhadas à sua base de atuação, se utiliza de todos os expedientes protelatórios para impedir a instalação de CPIs.

Santi (2007) traça um perfil do comportamento da Maioria. Segundo ele,

Para a Maioria, a investigação parlamentar, antes de ser assimilada como um direito democrático das Minorias, tem sido interpretada como uma ameaça ao poder, o que tem gerado uma subversão dos princípios constitucionais em favor de táticas e demandas "políticas" circunstanciais. E, em se tratando de jogo de poder, quando não há o adequado controle social – ou mesmo institucional – sobre os representantes do povo, é duro constatar, mas parece que tem sido preferível à Maioria preservar seus interesses a observar princípios democráticos que protejam as Minorias adversárias.⁴¹

⁴¹ SANTI (2007, p. 93).

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta duas partes: na primeira, o estudo de caso; na segunda, a pesquisa documental realizada.

3.1 Estudo de Caso

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa adequada para responder as perguntas “como” e “por que” com relação a determinado fenômeno [...] ainda, é uma estratégia adequada quando não exige controle sobre eventos comportamentais e focaliza eventos contemporâneos⁴².

Assim, este trabalho, no intuito de compreender como a Minoria (oposição), em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, faria frente à Maioria (governo) no desenvolvimento de seus trabalhos, escolheu analisar a CPI da Crise do Sistema Aéreo, pela maneira inusitada de sua instalação. Pela primeira vez, ao menos que se tenha notícia, foi levantada uma questão de ordem, no Plenário da Câmara dos Deputados, contra ato do presidente da Casa de criação de uma CPI. Até então, as questões levantadas eram para a criação da CPI. No caso de não se pretender a efetivação da CPI, outros tipos de expedientes haviam sido utilizados, tal como a não-indicação de membros, sendo que, em alguns momentos, essas situações foram resolvidas com a intervenção do STF⁴³.

Que influência teria a qualidade dos membros da oposição no processo? O debate político seria preservado? Qual seria seu resultado final? Por que o esforço para barrar a CPI? Seria simplesmente pelo receio da utilização política da CPI pela oposição? E o papel da oposição, seria tão-somente auxiliar na solução da crise aérea, ou o propósito seria investigar irregularidades na aplicação de verbas orçamentárias pela Infraero na recuperação dos aeroportos⁴⁴, sob investigação do TCU e amplamente divulgada pela imprensa? Portanto, o objetivo seria meramente

⁴² YIN (2001) *apud* BRAGA (2006, p. 92-93).

⁴³ A CPI dos Bingos, realizada no Senado Federal, é um exemplo desse caso.

⁴⁴ Ironicamente denominados pela oposição de “aeroshoppings”.

político? Dessa maneira, decidiu-se analisar o comportamento dos membros do governo (Maioria) e oposição (Minoria), assim como o resultado da “Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907), e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas”, mais conhecida como CPI da Crise do Tráfego Aéreo.

3.2 Pesquisa documental

Foram levantadas as seguintes fontes documentais:

3.2.1 Periódicos e livros

Com relação aos periódicos, foram consultados artigos disponibilizados pelo *site* Scielo, publicados pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e pela *Revista Dados*. Com relação aos livros, foi consultado o catálogo da biblioteca da Câmara dos Deputados, em busca de livros sobre: democracia, teorias democráticas, sistemas eleitorais, comissão parlamentar de inquérito, representação proporcional.

3.2.2 Jornais e revistas

Quanto às notícias de jornais e revistas, foram utilizados a *Agência Câmara* e os artigos da página *BNS – Banco de Notícias Seleccionadas*: notícias de jornais e revistas sobre assuntos de destaque na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, disponíveis, apenas via Intranet, no *site* da Câmara dos Deputados.⁴⁵

3.2.3 Legislação

⁴⁵ Ver títulos nas referências bibliográficas.

Foram realizadas pesquisas nas Constituições Federais de 1946 a 1988 e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para levantar dispositivos referentes a Comissões Parlamentares de Inquérito, à representação proporcional e à aplicação do princípio da proporcionalidade partidária.

3.2.4 Proposições e discursos

Foram realizadas pesquisas numéricas e de conteúdo dos requerimentos apresentados à CPI do Tráfego Aéreo e dos discursos sobre os temas: tráfego aéreo, Infraero, Anac, aviação comercial, criação, CPI, STF, no *site* da Câmara dos Deputados, endereço: www.camara.gov.br/plenário/discursos, para acompanhar o desenrolar da disputa entre governo e oposição para a criação da CPI.

3.2.5 Pautas e atas de reuniões da CPI

As atas são relatos sucintos das reuniões. De cada reunião são feitas as notas taquigráficas, relato **do inteiro teor** do que ocorreu na reunião. Até a data da conclusão desta pesquisa, não haviam sido disponibilizadas todas as atas das reuniões no *site* da Câmara dos Deputados. A Secretaria das Comissões de Inquérito nos forneceu as cópias de todas as atas das reuniões. No entanto, as atas descreviam o que havia ocorrido somente nas reuniões ordinárias. Nas audiências públicas, apenas foram assinalados os nomes dos depoentes, sem nenhuma apreciação de conteúdo dos depoimentos e das inquirições realizadas, obrigando à leitura das notas taquigráficas, com, aproximadamente, 200 laudas por reunião. No total, foram 58 reuniões da Comissão e oito reuniões da Subcomissão Especial da CPI – Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, para propor Matéria Legislativa que verse sobre a criação da “Lei Geral da Aviação Civil”, em substituição à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que estabelece o “Código Brasileiro de Aeronáutica”, conhecida como Subcomissão – Lei Geral da Aviação Civil.

As notas taquigráficas foram a principal fonte de pesquisa, porque nelas são retratados os embates realizados entre governo e oposição. Também são fontes preciosas para análise das personalidades que vão se firmando no cenário da CPI.

As pautas das reuniões foram analisadas para avaliação da votação dos requerimentos apresentados à CPI. As notas taquigráficas foram também obtidas na página www.camara.gov.br/plenário/discursos. Nelas existe um campo onde são relacionados os oradores de cada reunião. Esse campo foi utilizado para determinar a freqüência do uso da palavra pelos componentes da CPI. Foram analisados o **relatório final da CPI**, apresentado pelo Relator, Deputado Marco Maia, e o **voto em separado** da bancada do PSDB, apresentado pelo Deputado Gustavo Fruet, por ocasião da votação do relatório final.

3.2.6 Banco de dados

A seguir, relacionamos os bancos utilizados no levantamento dos dados, todos constantes do *site* da Câmara dos Deputados na Internet. Houve pesquisa presencial na biblioteca da Câmara.

- Banco de dados da Biblioteca da Câmara dos Deputados, vinculada ao Centro de Documentação e Informação – CeDI.
- Banco de dados de discursos parlamentares, vinculado ao Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados. Este banco, além das referências ao orador, partido, estado, data da sessão, descritores, ainda apresenta o inteiro teor dos discursos.
- Banco de dados de notícias – BNS, vinculado ao CeDI. Fornece o texto de matérias relacionadas com o Legislativo em geral e com a Câmara dos Deputados, em particular. É acessado apenas pela Intranet.

4 RESULTADO DA PESQUISA

Na avaliação do resultado da pesquisa são abordados e demonstrados os aspectos institucionais da CPI, os discursos dos Líderes e de membros dos partidos políticos de oposição para defesa da instalação e os discursos dos Líderes e de membros da situação em defesa da não-instalação da CPI, a cronologia dos fatos mais marcantes da CPI, o funcionamento dos trabalhos, os depoimentos, o relatório final, os votos em separado e a conclusão sobre o resultado da pesquisa.

4.1 Aspectos institucionais

Os Deputados Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Otávio Leite (PSDB-RJ) apresentaram, em 27 de fevereiro de 2007, o requerimento de criação da CPI, nos seguintes termos:

Requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907) e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

O Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, em 7 de março de 2007, procedeu à leitura do ato de criação da CPI. Observe-se que essa decisão ocorreu após dezoito intervenções dos Deputados da Minoria, em sessões da Câmara dos Deputados, reivindicando do Presidente a criação da CPI.⁴⁶ Inusitadamente, o Deputado Luiz Sérgio, então Líder do Partido dos Trabalhadores, apresentou questão de ordem, **contra** a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados de criação da CPI, alegando falhas na determinação do fato a ser apurado e na fixação do prazo para sua duração. O Presidente Arlindo Chinaglia

⁴⁶ Fonte: Banco de dados discursos parlamentares. Acesso em novembro de 2007. Disponível em: www.camara.gov.br/plenario/discursos.

indeferiu a questão de ordem; o Deputado Luiz Sérgio recorreu da decisão, com efeito suspensivo, e o recurso foi votado pelo Plenário da Casa e aprovado.

Alguns Deputados da oposição protocolaram, no dia 12 de março de 2007, no STF, mandado de segurança em favor da instalação da CPI.⁴⁷ Foram solicitadas ao Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Ministro-Relator, Celso Mello, informações complementares, com prazo até 29 de março de 2007. No dia 14 de março de 2007, começaram os debates na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre o recurso do Deputado Luiz Sérgio; o relator nomeado foi o Deputado Colbert Martins, que concluiu pela irregularidade do requerimento de instalação da CPI. O parecer referido foi aprovado no dia 20 de março. No dia seguinte à aprovação do parecer, a decisão foi ratificada pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Iniciou-se, por ação dos Deputados de oposição, coleta de assinaturas, nos principais aeroportos do País, para a instalação da CPI. Ao mesmo tempo procedeu-se a obstrução aos trabalhos do Plenário da Câmara dos Deputados.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no dia 25 de abril de 2007, julgou o Mandado de Segurança (MS 26.441), determinando a restauração do ato de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Crise do Sistema Aéreo, proposta pela oposição, determinação esta prontamente acatada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, que concedeu o prazo (regimental) de 48 horas para a instalação da referida Comissão.

4.2 Atuação partidária no Plenário da Câmara dos Deputados para criação da CPI e durante seus trabalhos

Entre os meses de fevereiro e outubro de 2007, houve diversas manifestações⁴⁸ de Deputados no Plenário da Câmara, defendendo ou contestando a validade da criação da CPI da Crise do Tráfego Aéreo.

O jornalista Sérgio Pardellas, da Gazeta Mercantil, afirma, na edição do jornal de 8 de março de 2007, em matéria com o título: “Planalto tenta barrar instalação de

⁴⁷ (MS 26.441-1)

⁴⁸ Como se verifica na página da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br/plenário/discursos.

CPI do Apagão Aéreo”, que a Casa Civil da Presidência da República teria resolvido intervir para impedir a instalação da CPI porque temia por entraves na tramitação do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – e para impedir o palanque eleitoral da oposição. Em reportagem do dia seguinte, realça o grau de fidelidade dos membros da base governista: dos 261 Deputados que votaram pela suspensão da tramitação do requerimento de criação da CPI, 243 eram da base governista e, entre eles, 52 haviam subscrito o requerimento de criação da CPI.

No quadro abaixo, apresentamos o resultado numérico, por partidos, dos discursos. Outras informações são apresentadas em nota de rodapé.

Quadro 4: Número de pronunciamentos, por partidos, sobre a CPI da Crise do Tráfego Aéreo

PARTIDO	DISCURSOS	PERÍODO
DEM	8	25/4 a 29/8
PCdoB	5	16/3 a 28/9
PDT ⁴⁹	13	7/3 a 3/5
PMDB ⁵⁰	15	8/3 a 3/8
PHS	1	30/05
PMN	3	7/3 a 20/3
PP	11	7/3 a 4/5
PPS ⁵¹	38	7/3 a 26/9
PR	13	8/3 a 16/5
PSB	8	8/3 a 21/6
PSDB ⁵²	129	7/3 a 26/9
PSOL ⁵³	25	7/3 a 20/9
PT ⁵⁴	92	6/3 a 2/8
PTB ⁵⁵	17	7/3 a 19/6
PTC	3	8/3 a 22/3
PV ⁵⁶	6	7/3 a 21/3

Fonte: Banco de dados *discursos parlamentares/Site* da Câmara dos Deputados. Quadro nosso.

⁴⁹ Dez intervenções foram feitas pelo Deputado Miro Teixeira, cujo posicionamento não é muito claro como aliado governista.

⁵⁰ Todas as intervenções contundentemente contrárias à CPI.

⁵¹ Intensa atuação do Líder Fernando Coruja.

⁵² As maiores intervenções foram feitas pelos seguintes Deputados: Otávio Leite, dezessete; Júlio Redecker, dezessete; Antonio Carlos Pannunzio, trinta; e Vanderlei Macris, dezesseis.

⁵³ Dezessete intervenções do Deputado Chico Alencar, três do Deputado Ivan Valente e cinco da Deputada Luciana Genro.

⁵⁴ Em sua maioria, intervenções do Deputado Arlindo Chinaglia, na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados.

⁵⁵ Oito intervenções do Deputado Arnaldo Faria de Sá e cinco do Deputado José Múcio Monteiro.

⁵⁶ Quatro intervenções do Deputado Fernando Gabeira e duas do Deputado Marcelo Ortiz. As intervenções do Deputado Fernando Gabeira são contra o governo, apesar de o PV estar alinhado à base governista.

4.3 Cronologia dos fatos mais marcantes da CPI⁵⁷

O quadro abaixo apresenta a data na primeira coluna e o fato marcante ocorrido, na segunda coluna.

Quadro 5: Fatos mais marcantes da CPI

Data	Ocorrência
29 de setembro/2006	Acidente com Boeing da Gol causa as mortes de 154 pessoas.
29 de outubro /2006	Iniciada a operação-padrão pelos controladores, em decorrência de inquérito criminal contra eles. Sucodem-se atrasos e cancelamentos de vôos.
5 de dezembro/2006	Cindacta I e Cindacta II (pane no sistema de controle de vôo, em 5/12/2006, 12/1/2007 e 18/3/2007.
11 de dezembro/2006	Agravamento da crise. Pane no sistema de controle aéreo impede que aviões se comuniquem com o Cindacta 1 (Brasília), aumentando ainda mais os reflexos da crise. Nova pane acontece em 12 de janeiro do ano seguinte, no Cindacta 2 (Curitiba), e no dia 18 de março, novamente em Brasília. Neste último caso, o governo fala em sabotagem.
12 de dezembro/2006	Um relatório divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) aponta falhas na gestão do sistema de controle, com carência de recursos para a área.
20 de dezembro/2006	A TAM decide retirar seis aeronaves para manutenção, criando um novo foco para os atrasos de vôos. Para contornar o problema, o governo disponibiliza aeronaves da FAB.
24 a 31 de dezembro/2006	Nas festas de Natal e Ano Novo, os problemas iniciados em outubro são repetidos, com filas e atrasos constantes nos aeroportos. Em alguns deles, passageiros invadem a pista para protestar ou para entrar à força nas aeronaves.
10 de fevereiro/2007	Controladores são acusados de motim no resultado do Inquérito Policial Militar (IPM) do Comando da Aeronáutica, que apurou as responsabilidades pela operação-padrão de 2006.
14 de fevereiro/2007	Controladores ameaçam fazer greve no Carnaval. A crise com a Aeronáutica começa a atingir o ponto mais intenso.
16 de fevereiro/2007	Presidente Lula tira o brigadeiro Luiz Carlos Bueno do Comando da Aeronáutica. Em seu lugar, entra o brigadeiro Juniti Saito.
27 de fevereiro/2007	Os Deputados tucanos Vanderlei Macris (SP) e Otávio Leite (RJ) apresentam requerimento para abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara a fim de apurar as causas da crise aérea. Requerimento traz 211 assinaturas (quarenta além do mínimo necessário) e assinala, de vez, a entrada do Legislativo no debate
7 de março/2007	O Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, autoriza a criação da CPI. PT entra com recurso contra a decisão na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, alegando que o requerimento para criação da CPI não determina prazo e nem tem fato determinado para investigar.
12 de março/2007	Oposição entra com <u>mandado de segurança</u> no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido de liminar contra a decisão do Presidente da Câmara e da <u>Mesa Diretora</u> , que decidem submeter ao Plenário o requerimento de instalação da CPI.
20 de março/2007	CCJ aceita recurso do PT, o que, na prática mantém a suspensão da CPI.
21 de março/2007	Plenário confirma decisão da CCJ e derruba o ato do Presidente.
29 de março/2007	O Ministro do STF, Celso de Mello, concede liminar ao mandado de segurança do PSDB, DEM e PPS, restabelecendo a CPI, mas diz que a decisão final cabe ao Plenário da Corte. No mesmo dia, oposição entrega ao Presidente da Câmara uma lista com vinte mil assinaturas em favor da

⁵⁷ Fonte: Agência Câmara.

Data	Ocorrência
	instalação da Comissão, coletadas durante três dias em treze aeroportos do País.
30 de março/2007	Controladores paralisam os aeroportos de todo o País. É o pior dia da crise aérea. O Sindicato Nacional das Empresas de Aviação chega a falar em prejuízo de cem milhões de dólares para as empresas do setor.
3 de abril/2007	Líderes da oposição reúnem-se com Presidente em exercício do STF, Gilmar Mendes, para pedir pressa na apreciação do mandado de segurança pelo Plenário do Tribunal.
25 de abril/2007	O Plenário do STF decide, por unanimidade, que a Câmara deve instalar a CPI.
3 de maio/2007	A CPI é instalada.
17 de julho/2007	Nova tragédia aérea, desta vez com avião da TAM, que explode após não conseguir parar na pista do Aeroporto de Congonhas (SP), deixando 199 mortos, entre eles o líder da Minoria, Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS).
20 de julho/2007	Integrantes da CPI interrompem o recesso de julho e retomam depoimentos, desta vez incluindo o acidente da TAM na investigação.
20 de setembro/2007	Apresentação do relatório da Subcomissão Especial da CPI responsável por elaborar uma nova Lei Geral da Aviação Civil.
25 de setembro/2007	Conclusão da apresentação do relatório final da CPI.

Fonte: Agência Câmara

4.4 Funcionamento da CPI

A Comissão começou a funcionar em 3 de maio de 2007, sob a presidência do Deputado Marcelo Castro e tendo como relator o Deputado Marco Maia. Foram realizadas 58 reuniões da Comissão e oito reuniões da Subcomissão Especial da CPI – Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, para propor matéria legislativa que verse sobre a criação da “Lei Geral da Aviação Civil”, em substituição à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que estabelece o “Código Brasileiro de Aeronáutica”, conhecida como Subcomissão – Lei Geral da Aviação Civil, esta presidida pelo Deputado Rocha Loures, tendo como Vice-Presidente o Deputado Miguel Martini e como relator o Deputado Pepe Vargas.

Quadro 6: Composição da CPI

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
André Vargas (PR) – Comerciante, cargos em entidades sociais, cargos executivos, mandatos legislativos.	Cândido Vaccarezza (SP) – Médico ginecologista, mandatos eletivos e cargos executivos.
Beto Mansur (SP) – Radialista, empresário e engenheiro eletrônico. Mandatos eletivos, longa carreira política.	Carlos Willian (MG) – Advogado, radialista, mandatos eletivos, cargos executivos.
Carlos Zarattini (SP) – Economista, sindicalista, mandatos eletivos e cargos públicos.	Edson Santos (RJ) – Mandatos eletivos, atividade partidária.

TITULARES	SUPLENTES
Eduardo Cunha (RJ) – Economista, mandatos eletivos, cargos executivos.	Eduardo Valverde (RO) – Advogado, administrador, tecnólogo-mecânico, mandatos eletivos, cargos executivos.
João Magalhães (MG) – Pecuarista e cafeicultor, mandatos eletivos.	Fátima Pelaes (AP) – Socióloga, mandatos eletivos, cargos executivos.
José Carlos Araújo (BA) – Administrador, mandatos eletivos, longa carreira política, cargos executivos.	Filipe Pereira (RJ) – Atuário, administrador de empresas, mandato eletivo, cargos iniciativa privada.
Leonardo Quintão (MG) – Economista e administrador de empresas, mandatos eletivos.	Leo Alcântara (CE) – Advogado e empresário, mandatos legislativos.
Marcelo Castro (PI) – Médico, doutor em Psiquiatria, especialista em Ginecologia, longa carreira política, atividade profissional médica e cargos executivos.	Luiz Fernando Faria (MG) – Agropecuarista, empresário, administrador e engenheiro mecânico; mandatos eletivos, atividade sindical.
Marco Maia (RS) – Metalúrgico, torneiro mecânico e industrial; sindicalista, mandato eletivo, cargos executivos.	Nelson Pellegrino (BA) – Advogado, sindicalista, mandatos eletivos, longa carreira política.
Nelson Meurer (PR) – Agropecuarista, atividade sindical patronal, mandatos legislativos.	Rocha Loures (PR) – Administrador, mandatos eletivos, cargos executivos.
Paes Landim (PI) – Advogado e professor, mandatos eletivos, longa carreira política.	Sabino Castelo Branco (AM) – Empresário e apresentador de televisão, mandato eletivo.
Pepe Vargas (RS) – Médico, mandatos legislativos e executivos, dirigente sindical.	Sandes Júnior (GO) – Radialista e advogado, mandatos legislativos.
	Sérgio Brito (BA) ⁵⁸ – Servidor público, administrador de empresas, empresário e estudante universitário; mandatos eletivos, cargos executivos.
PSDB/DEM/PPS	
Antonio Carlos Mendes Thame (SP) – Agrônomo, mestre em Economia Rural, professor universitário; mandatos eletivos, cargos executivos.	Arnaldo Jardim (SP) – Engenheiro Civil e professor, mandatos eletivos, cargos executivos.
Geraldo Thadeu (MG) – Dentista, mandatos executivos, mandatos legislativos.	Carlos Sampaio (SP) – Promotor de Justiça, cargos eletivos e cargos executivos.
Gustavo Fruet (PR) – Advogado, Doutorado, mandatos eletivos, cargos representativos.	Davi Alcolumbre (AP) – Comerciante, mandatos eletivos.
Solange Amaral (RJ) – Psicóloga, mandatos eletivos, cargos executivos, representante sindical e classista.	Efraim Filho (PB) – Mandatos legislativos, cargos executivos.
Vanderlei Macris (SP) – Advogado, mandatos eletivos (longa carreira), atividade sindical e classista.	Otávio Leite (RJ) – Advogado e professor universitário, mandatos eletivos, cargos públicos, atividades sindicais e classistas.
Vic Pires Franco (PA) – Jornalista e apresentador de televisão, mandatos eletivos.	Rodrigo de Castro (MG) – Advogado e administrador de empresas, mandatos eletivos.
Vitor Penido (MG) – Pecuarista, avicultor, comerciante e empresário rural; mandatos executivos, mandatos legislativos (longa carreira), cargos executivos.	Silvinho Pecioli (SP) – Advogado, mandatos eletivos, mandatos executivos, cargos públicos.
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Dr. Ubiali (SP) – Médico, professor universitário e contador; mandatos eletivos, representante classista, cargos executivos.	Silvio Costa (PE) – Mandato eletivo.
Osmar Júnior (PI) – Bacharel em Direito, mandatos eletivos, representante classista e sindical, cargos executivos.	(Deputado do PHS ocupa a vaga)
	(Deputado do

⁵⁸ Vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN.

TITULARES	SUPLENTE
Wolney Queiroz (PE) – Empresário, mandatos eletivos, cargo executivo.	PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB ocupa a vaga)
PV	
Fernando Gabeira (RJ) – Jornalista, mandato parlamentar (longa carreira).	Fábio Ramalho (MG) – Empresário, representante classista, mandato eletivo.
PSOL	
Luciana Genro (RS) – Professora, mandatos eletivos.	Ivan Valente (SP) – Matemático e engenheiro, mandatos eletivos (longa carreira), representante classista, cargo público.
PHS	
	Miguel Martini (MG) – Historiador e militar da Aeronáutica, ex-controlador de voo; atividades classistas, mandatos eletivos, cargos públicos.

Fonte: Página das Comissões. Acesso: www.camara.gov.br/comissoes.

4.4.1 Aplicação do princípio da proporcionalidade na composição da CPI

A representação proporcional procura espelhar nos Parlamentos os diversos segmentos de opiniões presentes no eleitorado, agrupados em partidos políticos. No entanto, conforme analisado por Sérgio Abranches (1988), os quocientes eleitorais e partidários, próprios do sistema eleitoral proporcional, funcionam como cláusula de barreira. Como exemplo, no resultado das últimas eleições, conforme divulgado no *site* do TSE, dos 29 partidos políticos que disputaram representação na Câmara dos Deputados, 21 lograram se fazer representar, enquanto oito partidos não o conseguiram. Essa proporcionalidade procura, pelo princípio da proporcionalidade partidária, estruturar a formação de quase todos os órgãos colegiados da Câmara dos Deputados, inclusive as CPIs. No entanto, a formação de blocos parlamentares altera a proporcionalidade resultante das eleições.

Quadro 7: Proporcionalidade partidária nas eleições, na posse e na formação da CPI da Crise do Tráfego Aéreo, na Câmara dos Deputados

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2006			BANCADAS NA POSSE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2007			COMPOSIÇÃO DA CPI AÉREO da CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2007		
TOTAL: 513 DEPUTADOS			TOTAL: 513 DEPUTADOS			TOTAL: 48 DEPUTADOS		
PARTIDO	ELEITOS	%	PARTIDO	POSSE	%	PARTIDO	MEMBROS	%
PT	83	16,179	PT	83	16,179	PMDB	6	12,5
PMDB	89	17,348	PMDB	90	17,543	PT	8	16,666
PSDB	66	12,865	PSDB	64	12,475	PSDB	6	12,5
PFL/DEM	65	12,670	PFL/DEM	62	12,085	PFL/DEM	6	12,5
PP	41	7,992	PP	41	7,992	PP	4	8,3
			PR*(PL+PRONA)	34	6,627	PR	2	4,166
PSB	27	5,263	PSB	28	5,458	PSB	2	4,166
PDT	24	4,678	PDT	23	4,483	PDT	2	4,166
PL*	23	4,483	PL*	23	4,483			
PPS	22	4,288	PPS	17	3,313	PPS	2	4,166
PTB	22	4,288	PTB	21	4,093	PTB	2	4,166
PCdoB	13	2,534	PCdoB	13	2,534	PCdoB	2	4,166
PV	13	2,534	PV	13	2,534	PV	2	4,166
PSC	9	1,754	PSC	7	1,364	PSC	1	2,083
PMN	3	0,584	PMN	3	0,584	PMN	1	2,083
PSOL	3	0,584	PSOL	3	0,584	PSOL	2	4,166
PTC	3	0,584	PTC	3	0,584	PTC	1	2,083
PHS	2	0,389	PHS	2	0,389	PHS	1	2,083
	PRONA*	2	0,389	PRONA*	2	0,389		
	PAN	1	0,194	PAN	4	0,779		
	PRB	1	0,194	PRB	1	0,194		
	PTdoB	1	0,194	PTdoB	1	0,194		

*Fusão do PL e do PRONA – resultou no PR.
Fonte: TSE e Câmara dos Deputados.

4.4.2 Depoimentos⁵⁹

O quadro abaixo apresenta a cronologia dos depoimentos prestados na CPI, os nomes dos depoentes e o destaque para o conteúdo dos depoimentos. Nas notas de rodapé são apresentadas informações pertinentes, retiradas da leitura das notas taquigráficas das reuniões.

Quadro 8: Depoimentos na CPI da Crise Aérea

DATA	DEPOENTE(S)	DESTAQUE
17/5/2007	Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), Brigadeiro-do-ar Jorge Kersul Filho	INEXISTÊNCIA DE PONTOS CEGOS NO ESPAÇO AÉREO
22/5/2007	Presidente da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo, 1º Sargento Wellington Andrade Rodrigues Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, Jorge Botelho	SOFTWARE INDUZ A ERRO FALHAS DE CONTROLADORES DE VÔO
24/5/2007	Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi ⁶⁰ , Diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), Major Brigadeiro-do-ar Ramón Borges Cardoso ⁶¹ ⁶²	INFRAERO – PROBLEMAS DÉFICIT DE CONTROLADORES DE VÔO
29/5/2007	Chefe da Seção de Instrução do Centro de Controle de Área (ACC) de Brasília, Tenente Antônio Robson Cordeiro de Carvalho ⁶³ ⁶⁴ ⁶⁵	INEXISTÊNCIA DE PROBLEMAS EM EQUIPAMENTOS DO CINDACTA I
31/5/2007	Presidente da Gol, Constantino de Oliveira Júnior	CONTROLE AÉREO É SEGURO- INVESTIMENTOS REQUERIDOS

⁵⁹ Fonte: Notas Taquigráficas das reuniões e Agência Câmara.

⁶⁰ Requerimento do Deputado José Carlos Araújo.

⁶¹ Requerimento do Deputado Geraldo Thadeu.

⁶² “O número de controladores não permite que nós tenhamos todas as posições operacionais, as 24 horas do dia, em funcionamento. Há determinados momentos em que nós temos que reduzir o número de pessoas trabalhando, até porque existe uma carga máxima de trabalho que cada um pode cumprir durante um período. E não se pode ultrapassar esse limite, é claro”.

⁶³ Requerimento dos Deputados Luciana Genro e Ivan Valente.

⁶⁴ “[...] eu só queria dizer que há um dado claro: a saída freqüente dos controladores experientes, a não-permanência deles tem levado a um déficit de operadores e, em razão desse déficit, tem-se que acelerar a formação e colocar para trabalhar pessoas que ainda não teriam a maturidade suficiente para isso. Esse registro quero deixar aqui. É uma percepção que eu tenho, que nós temos, e que eu acho que esta CPI vai precisar aprofundar para fazer as correções futuras” (Deputado Miguel Martini).

⁶⁵ “[...] Por que quando o Legacy passou por Brasília ele não foi chamado e não foi monitorado insistentemente? Eu pergunto a V. Exa.: a freqüência do avião da Gol era a mesma do Legacy, junto com a torre de comando? Por que quando perdeu o Legacy, através do *transponder* e também através do sinal, não mandou o avião da Gol subir mais, porque havia a possibilidade de acidente naquele local? Por que o acidente da Gol não foi monitorado, sendo que as duas torres têm contato entre si? Podia dizer: olha, não estamos conseguindo ouvir ninguém, sumiu aqui o contato do avião. Ou ele caiu ou ele está à deriva. A responsabilidade [...]. Nós não podemos aqui querer passar a mão em controladores de voo. Têm que ser responsabilizados. E nós já sabemos” (Deputado Carlos Willian).

DATA	DEPOENTE(S)	DESTAQUE
4/6/2007	Controladores de voo Lucivando Tibúrcio de ⁶⁶ Alencar, Leandro José Santos de Barros, Felipe Santos dos Reis e Jomarcelo Fernandes dos Santos	RESPONSABILIDADE DE PILOTOS – CAIXA PRETA
5/6/2007	Presidente da Embraer, Frederico Fleury Curado ^{67/68} Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), José Márcio Monsão Mollo ^{69/70}	INEXISTÊNCIA DE FALHA NO DESLIGAMENTO DO <i>TRANSPONDER</i> INEXISTÊNCIA DE ATRASOS POR SEQÜENCIAMENTO DE VÔOS
6/6/2007	Coordenador de Estratégias de Comunicação para Aviação Executiva da Embraer, Daniel Bachmann (único passageiro do Legacy que falava português) Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves (APPA), George William César de Araripe Sucupira	DESCONHECIMENTO SOBRE DESLIGAMENTO DO <i>TRANSPONDER</i> ERRO DOS PILOTOS AMERICANOS
12/6/2007	Presidente da Infraero, Tenente-Brigadeiro-do-ar José Carlos Pereira ⁷¹	FALHAS NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AOS PASSAGEIROS E NECESSIDADE DE PLANO AEROVIÁRIO NACIONAL
14/6/2007	Ex-presidente da Infraero, Fernando Perrone	NECESSIDADE DE MARCO REGULATÓRIO
19/6/2007	Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Albino	DEMISÃO DE PILOTOS POR RELATO DE RISCO EM VÔO EXCESSO DE TRABALHO AMEAÇA SEGURANÇA DE VÔOS
21/6/2007	Diretora de Engenharia da Infraero, Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores	CONTESTAÇÃO DE DENÚNCIA DA EMPRESÁRIA SÍLVIA PFFEIFER (AEROMÍDIA) DE RECEBIMENTO DE PROPINA
26/6/2007	Secretário de Finanças da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-ar Neimar Dieguez Barreiro Presidente da TAM, Marco Antônio Bologna	INTEMPESTIVIDADE PARA ABONO SALARIAL E DESMILITARIZAÇÃO DE CONTROLADORES DE VÔOS EFICÁCIA DAS MEDIDAS ADOTADAS PELA AERONÁUTICA PARA COMBATER O ATRASO NOS VÔOS ⁷²
28/6/2007	Funcionário do Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea), Vinícius Lanzoni Gomes	INEFICIÊNCIA DO SISTEMA DE CONTROLE DO TRÁFEGO

⁶⁶ Reunião reservada.

⁶⁷ Requerimento do Deputado Dr. Ubiali.

⁶⁸ Leitura da transcrição da caixa-preta do Legacy pelo Deputado Vic Pires Franco. Assertiva do Deputado Miguel Martini sobre a desconexão entre o CONAC, COTAER, Infraero e Anac. Defesa da participação da Embraer na formulação de política de tráfego aéreo.

⁶⁹ Requerimento do Deputado Eduardo Cunha.

⁷⁰ “[...] Mas nunca houve nenhum problema sério com o controle aéreo brasileiro. Os investimentos vinham sendo feitos de acordo com as necessidades. O investimento no SIVAM foi pesadíssimo. Era onde nós não tínhamos cobertura. Hoje nós temos cobertura. Não posso lhe dizer se existe buraco negro ou não porque não é da minha parte. Mas de alguns anos para cá houve um desinvestimento naquilo que deveria crescer para acompanhar o crescimento do setor e não cresceu. Por que não cresceu? Porque ele é militar? Eu acho que não. Não cresceu por causa do famoso superávit fiscal. Da mesma maneira que as estradas estão degradadas, que os portos estão degradados, as aerovias também estão degradadas, o setor aéreo. Então acho que o problema do controle aéreo não é necessário. Eu não vejo, necessariamente, que vá melhorar porque é civil ou porque é militar, mas pelo interesse de um governo que não investiu no setor. O fato de ser civil não significa que ele vá investir” (José Márcio Monsão Mollo).

⁷¹ Requerimento do Deputado Geraldo Thadeu.

⁷² Substituição de controladores, criação de rotas especiais e aprimoramento de tabelas.

DATA	DEPOENTE(S)	DESTAQUE
		AÉREO (ATFM).
29/6/2007	Ex-presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e atual Deputado, Carlos Wilson (PT-PE)	IMPRÓPRIEDADE DE PARÂMETROS DO TCU ⁷³
3/7/2007	Assessor de Segurança de Voo e Relações Internacionais do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Comandante Célio Eugênio de Abreu Júnior Comandantes dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindactas) 3 e 4, coronéis-aviadores José Alves Candez Neto e Eduardo Antonio Carcavallo Filho	ESTRESSE COMPROMETE A SEGURANÇA DOS VÔOS ⁷⁴ MAIOR CAUTELA PELOS CONTROLADORES DE VÔO ⁷⁵
5/7/2007	Diretor do Instituto de Controle do Espaço Aéreo – Icea, Coronel-aviador Paulo Roberto Sigaud Ferraz Comandante do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo Cindacta – 1, Coronel-aviador Eduardo dos Santos Raulino	IMPRECISÃO NAS RESPOSTAS SOBRE SOFTWARE DE CONTROLE DE VÔO E SOBRE A FORMAÇÃO DE CONTROLADORES DE VÔO BAIXA ATENÇÃO DOS CONTROLADORES DE VÔO POSSIBILIDADE DO DESLIGAMENTO DO <i>TRANSPONDER</i> DE MANEIRA INVOLUNTÁRIA
11/7/2007	Diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – Decea, Major-Brigadeiro-do-ar Ramón Borges Cardoso	NECESSIDADE DE CONTROLE CENTRAL ⁷⁶
25/7/2007	Diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, Milton Zuanazzi	PRESSÃO DE EMPRESAS SOBRE A Anac ⁷⁷
26/7/2007	Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), Brigadeiro Jorge Kersul Filho	POSSÍVEIS CAUSAS DO ACIDENTE DA TAM (17/7) ⁷⁸

⁷³ Um dos depoimentos mais esperados. Contestou a utilização, pelo TCU, de planilhas idênticas para construção de estradas e pistas de aeroportos e de casas populares e terminais de passageiros. Contestou acusações da empresária Sílvia Pffeifer (Aeromídia) de propina. Respondeu sobre doação de campanha eleitoral feita pela Cerâmica Brennan, gerenciada por sua mulher, e concessão de lanchonete em aeroporto à sua cunhada. Foi elogiado pelo Deputado de oposição na CPI, Vic Pires Franco. Afirmou que "se as obras feitas na gestão do Carlos Wilson na Infraero não tivessem sido realizadas, a crise aérea hoje seria muito mais grave". Afirmou que o depoente respondeu a "perguntas duras".

⁷⁴ O aumento do número de vôos e o gerenciamento do baixo custo promovido pelas empresas aéreas vêm ocasionando uma sobrecarga nos pilotos e comissários.

⁷⁵ Os controladores estão mais rígidos quanto à flexibilidade de procedimentos, após o Ministério Público ter denunciado o controlador Jomarcelo Fernandes dos Santos, que estava em serviço no momento do acidente, por crime doloso, afirmaram os comandantes. "Tanto é, que houve um aumento significativo dos relatórios de perigo". Afirmaram também que são contrários à desmilitarização do setor. Admitem que falta pessoal.

⁷⁶ (AGÊNCIA CÂMARA) "Não adianta o Decea fazer o controle do espaço aéreo se os aeroportos, administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), não conseguem atender ao aumento do tráfego, ou se a malha aérea, que fica sob responsabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), é trabalhada de forma independente das demais instâncias". A afirmação do Brigadeiro foi feita após as críticas do Deputado Miguel Martini (PHS-MG), que vê na continuidade da crise aérea, dez meses após o acidente com o avião da Gol, a prova da incapacidade do modelo atual de cuidar do transporte aéreo civil. A mesma crítica foi feita por outros integrantes da CPI. Para o Deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), a crise mostra "total falta de planejamento do governo".

⁷⁷ Zuanazzi rebateu as críticas de que a Anac liberava *hotrans* (horário de transporte) sob pressão das empresas aéreas. Disse que a Anac reduziu as frequências de pousos e decolagens de Congonhas.

DATA	DEPOENTE(S)	DESTAQUE
31/7/2007	Piloto da TAM José Eduardo Batalha Brosco Superintendente de Empreendimentos de Engenharia da Infraero, Armando Schneider Filho	ACIDENTE DA TAM – POSSÍVEL FALHA NO CONTROLE DO TREM DE POUSO ⁷⁹ A PISTA DE CONGONHAS É SEGURA
2/8/2007	Presidente da TAM, Marco Antonio Bologna Consultor de comunicação da Airbus, Mário Sampaio	ACIDENTE DA TAM – SEGURANÇA DO VÔO, SEGURANÇA DA PISTA ⁸⁰ Depoimento insatisfatório ⁸¹
7/8/2007	Diretor-geral da Pantanal Linhas Aéreas, Ramiro Andreotti Tojal Tenente-coronel-aviador Fernando Camargo, presidente da comissão de investigação do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA)	ACIDENTE AVIÃO DA PANTANAL – AQUAPLANAGEM, FALTA DE RANHURAS NA PISTA DE CONGONHAS RECUSA DE DECLARAÇÕES POR IMPEDIMENTO ÉTICO E PROFISSIONAL ⁸²
8/8/2007	Comandante da Aeronáutica, Tenente-brigadeiro Juniti Saito	ACIDENTE DA TAM – O AVIÃO PRESIDENCIAL NÃO VOA COM REVERSO TRAVADO
9/8/2007	Vice-presidente de Segurança de Vôo da Airbus, Yannick Malinge Controladores de vôo de Congonhas, Eduardo Pires Dayrel, Celso Domingos Alves Júnior, Ziloá Miranda Pereira e Luana Morena Maciel Araújo	ACIDENTE DA TAM – AIRBUS NEGA FALHA MECÂNICA CONGONHAS É ADEQUADO ACIDENTE DA TAM – HÁ EXCESSO DE MOVIMENTAÇÃO EM CONGONHAS
14/8/2007	Chefe do equipamento do Airbus A-320 da TAM, Alex Frischman Diretor de Segurança da TAM, Marco Aurélio Castro	ACIDENTE DA TAM – POSSIBILIDADE DE FALHAS HUMANA E MECÂNICA ACIDENTE DA TAM – TAM NEGOCIA DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA MANETES
21/08/2007	Presidente da Federação das Associações Brasileiras de Controladores de Tráfego Aéreo, Carlos Trifilio	ACIDENTE DA TAM – OS CONTROLADORES DE VÔO SOFREM PRESSÃO PARA NÃO RELATAR ACIDENTES ⁸³
22/8/2007	Diretor de Segurança Operacional, Investigação e Prevenção de Acidentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Jorge Velozo	ACIDENTE DA TAM – INVALIDADE DE NOTA TÉCNICA DA Anac ⁸⁴

⁷⁸ A) Condições da pista; B) comando incorreto na cabine do avião; C) falhas no sistema de freio; D) bloqueio mental (incapacidade de reação no momento adequado).

⁷⁹ O piloto declarou que a pista molhada de Congonhas dificulta, mas não pode afirmar ter sido a causa do acidente, assim como não acredita em falha do piloto por sua grande experiência.

⁸⁰ O presidente da TAM foi questionado pelo descumprimento da recomendação da Anac do uso de todos os sistemas de freio em caso de chuva.

⁸¹ O depoente declarou não ter conhecimentos técnicos sobre o Airbus, o que provocou a exigência da CPI para o envio de um representante. Houve vazamento de informações sobre o conteúdo da caixa-preta do avião. O presidente da CPI rechaçou as acusações da imprensa e os comentários do Senador Demóstenes Torres, relator da CPI do Apagão Aéreo, do Senado Federal, que acontece concomitantemente com a da CD.

⁸² Em função da recusa, a CPI decidiu contratar especialista para analisar os dados da caixa-preta.

⁸³ O Deputado Vic Pires Franco afirmou que o movimento dos controladores é puramente salarial. A Deputada Luciana Genro afirmou que os controladores vivem clima de ditadura. O depoente defendeu a desmilitarização.

⁸⁴ Declaração de que nota da Anac que proibia pouso de aeronaves com os reversos travados em pista molhada e repassada à justiça, determinante para a liberação de Congonhas por uma juíza, não tinha validade, era apenas um estudo.

DATA	DEPOENTE(S)	DESTAQUE
23/8/2007	Diretora de Serviços Aéreos e Relações com Usuários da Agência Nacional de Aviação Civil, Denise Abreu	ACIDENTE DA TAM – NOTA TÉCNICA REPASSADA POR ZELO ⁸⁵
28/8/2007	Ministro da Defesa, Nelson Jobim	DEFESA DA REESTRUTURAÇÃO DO SETOR AÉREO
29/8/2007	Coordenador de Prevenção e Emergência da Infraero, Esdras Barros, e profissional de serviço aeroportuário da Infraero, Agnaldo Molina Esteves	ACIDENTE DA TAM – LIBERAÇÃO DA PISTA DE CONGONHAS ⁸⁶
5/9/2007	Presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi	SEGURANÇA DE AEROPORTOS É PRIORIDADE NA NOVA ADMINISTRAÇÃO ⁸⁷
11/9/2007	Procurador da Agência Nacional de Aviação Civil, Paulo Roberto Araújo, e desembargadora Cecília Marcondes, da Justiça Federal em São Paulo Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcos Tarcísio Marques dos Santos Gerente residente de Apoio ao Cliente da Airbus no Brasil, Mário Antônio de Oliveira Colaço	REUNIÃO DA ANAC – PARTICIPAÇÃO DA GOL NOTA DA Anac INFLUENCIOU DECISÃO DA DESEMBARGADORA ⁸⁸ NOTA TÉCNICA É INFORMAL CONGONHAS É ADEQUADO PARA POUSO E DECOLAGEM DO AIRBUS. NOTA TÉCNICA FOI VALIDADA POR DENISE ABREU
12/9/2007	Presidente da OceanAir, German Efromovich	ACIDENTE DA TAM – FALTA DE CLAREZA NAS REGRAS DA AVIAÇÃO
13/9/2007	Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a venda da Varig na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Deputado Paulo Ramos (PDT)	VARIIG – IRREGULARIDADES NA COMPRA DA VARIIG PELA VOLO
17/9/2007	Familiares das 353 vítimas dos acidentes da Gol e da TAM	VARA ESPECIAL PARA DEMANDAS LEGAIS RELACIONADAS A ACIDENTES COM GRANDE NÚMERO DE VÍTIMAS
19/9/2007	Coronel Antônio Junqueira, especialista contratado pela CPI para analisar os dados das caixas-pretas do Airbus da TAM	ACIDENTE DA TAM – HIPÓTESES – NEGLIGÊNCIA DA AIRBUS E DA TAM E FALHA DO PILOTO

Fonte: Agência Câmara e notas taquigráficas

4.4.3 Cronologia e depoimentos na Subcomissão da Lei Geral da Aviação Civil

⁸⁵ Declaração de que nota da Anac (IS-RBHA 121-189) que proibia pouso de aeronaves com os reversos travados em pista molhada e repassada à desembargadora Cecília Marcondes, do Tribunal Regional Federal (TRF) de São Paulo, determinante para a liberação de Congonhas, não tinha validade, era apenas um estudo, e que foi repassada por excesso de zelo do procurador da Agência, Paulo Roberto Araújo. O Deputado Vic Pires Franco discordou alegando que o fato de integrar processo judicial já garante a validade do documento.

⁸⁶ Os fiscais disseram que liberariam a pista de novo. O Deputado Gustavo Fruet afirmou ter havido imperícia e imprudência na fiscalização da pista.

⁸⁷ O Deputado Vic Pires Franco apresenta documento da Anac com procedimentos em dia de chuva.

⁸⁸ Os Deputados Miguel Martini, Eduardo Valverde e Gustavo Fruet criticaram a participação de representante da GOL em reunião da Anac.

Desde a sua instalação, devido à exigüidade de tempo, a Subcomissão propôs-se a coletar as proposições em tramitação na Casa para análise de uma comissão especial a ser instalada ao término dos trabalhos da CPI.

Quadro 9: Depoimentos na Subcomissão

REUNIÃO	DATA	PAUTA	DESTAQUE ⁸⁹
1ª	28/8/2007	Instalação da Subcomissão e eleição do ⁹⁰ presidente e vice-presidente Presidente: Deputado Rocha Loures Vice-presidente: Deputado Miguel Martini Relator: Deputado Pepe Vargas	DECISÃO DE AVANÇAR NO QUE PUDER QUANTO À LEGISLAÇÃO: UMA VERTENTE TÉCNICA (SEGURANÇA DE VÔO) E OUTRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
2ª	29/8/2007	Elaboração do roteiro dos trabalhos (I)	
3ª	30/8/2007	Elaboração do roteiro dos trabalhos (II)	
4ª	4/9/2007	Audiência pública – expositora: JULIANA PEREIRA DA SILVA, representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça	RESPEITO AO DIREITO DE INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR
5ª	5/9/2007	Audiência Pública – expositores: Brigadeiro-do-ar JOSÉ ROBERTO MACHADO E SILVA, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo; Brigadeiro-do-ar ORLANIL MARIANO LIMA DE ANDRADE, do Estado-Maior da Aeronáutica; Tenente-coronel LUIZ CLAUDIO MAGALHÃES BASTOS, Chefe do Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos do Cenipa; EMANOELA NOVAES, Assessora Jurídica do Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e FÁBIO ANTINORO, Procurador da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac	EXPOSIÇÕES A RESPEITO DO APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE NO PAÍS. CONTRIBUIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DA LEI GERAL DA AVIAÇÃO CIVIL. SIGNIFICADO DE <i>AUTORIDADE AERONÁUTICA</i> ⁹¹
6ª	6/9/2007	Audiência Pública – expositores: GERALDO MOREIRA NEVES, Superintendente de Tecnologia da Informação da Infraero; VALSENI JOSÉ PEREIRA BRAGA, Superintendente de Gestão Operacional da Infraero; ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA, Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; e FERNANDO ANTONIO RIBEIRO SOARES, Assessor Técnico da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda	REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA NO SETOR AÉREO. SUBSÍDIOS PARA A DISCUSSÃO DA NOVA LEI GERAL DE AVIAÇÃO
7ª	14/9/2007	Seminário sobre a Crise do Sistema Aéreo DIAGNÓSTICOS E SOLUÇÕES LEGISLATIVAS Local: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	DEBATE SOBRE A CRISE DO SISTEMA AÉREO –

⁸⁹ Foi evidente a primazia do Deputado Miguel Martini, em função de sua especialidade de controlador de voo. O Deputado Efraim Filho ofereceu sua contribuição na qualidade de pós-graduado em direito do consumidor.

⁹⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Subcomissão Especial sobre a Criação da Lei Geral da Aviação Civil
Número: 1.328/2007 Data: 28/8/2007.

⁹¹ O Deputado Miguel Martini é, sem dúvida, a grande estrela da Subcomissão. **Ele utilizou a expressão “A culpa é do governo”, o que provocou a ira do Deputado Pepe Vargas, ao que o Deputado Miguel Martini retificou “Do outro governo [...]”.**

REUNIÃO	DATA	PAUTA	DESTAQUE ⁸⁹
		<p>Às 10h – Painel sobre o futuro do sistema de tráfego aéreo e a sua regulação</p> <p>– Moderador: Deputado ROCHA LOURES</p> <p>– Relator: Deputado PEPE VARGAS</p> <p>– Palestrantes:</p> <p>Brigadeiro ADYR DA SILVA – Presidente da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial – SBDA; e</p> <p>Dr. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS, representante do Governo Federal – Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República</p> <p>– Debatedores:</p> <p>LEONEL ROSSI JUNIOR, Diretor de Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Agências de Viagens da Abav Nacional; e</p> <p>ENRICO FERMI T. FONTES, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte</p> <p>Às 14h – “Painel – O Sistema de Tráfego Aéreo – Quem controla?”</p> <p>– Moderador: Deputado MIGUEL MARTINI</p> <p>– Relator: Deputado PEPE VARGAS</p> <p>– Palestrantes:</p> <p>MARCOS PÓ, Coordenador-adjunto do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec; e</p> <p>ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER, Diretor Executivo do Procon/São Paulo</p> <p>– Debatedores:</p> <p>ROBERTO DE ALMEIDA DULTRA, Presidente da Associação Brasileira de Turismo Receptivo – Bito;</p> <p>CLÁUDIO MAGNAVITA, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo – Abrajat; e</p> <p>APOSTOLE LÁZARO CHRYSFAFIDIS, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Transportes Aéreos – Abetar</p>	<p>DIAGNÓSTICOS E SOLUÇÕES LEGISLATIVAS</p> <p>PAINEL 1 – TEMA: “O PAPEL DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS. AS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS. OS DIREITOS DO CONSUMIDOR”.</p> <p>PAINEL 2 – TEMA: “O FUTURO DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO E SUA REGULAÇÃO”</p>
8ª	20/9/2007	Discussão e Votação do Relatório Final da Subcomissão Especial – Lei Geral da Aviação Civil (Relatório aprovado)	DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO DA LEI GERAL DA AVIAÇÃO CIVIL. CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DA MATÉRIA

Fonte: Notas taquigráficas

4.5 Relatório final⁹²

O relatório final foi apresentado pelo Deputado Marco Maia em 25 de setembro de 2007. Antes da apresentação do relatório, houve a aprovação do requerimento dos Deputados Vanderlei Macris e Gustavo Fruet de adiamento da

⁹² Fonte: Notas taquigráficas da reunião.

conclusão dos trabalhos da CPI por mais cinco dias, para conhecimento e emendas e votos em separado, no caso de haver, em relação ao relatório final.

O relatório foi dividido nos seguintes itens:

Item 1: Acidente com o Boeing da Gol e o Legacy da ExcelAire

Analisa todos os aspectos que envolveram o acidente, desde a descrição do acidente em si, acidentes anteriores ocorridos no País, os sistemas de proteção ao voo no espaço aéreo do local do acidente, as investigações sobre os fatores que resultaram no acidente, até as conclusões sobre o acidente em análise.

Item 2: Acidente com o Airbus A320, prefixo MBK, da TAM, voo JJ3054

Descreve as circunstâncias do acidente, com informações sobre o avião, a tripulação, o aeroporto de Congonhas – São Paulo –, o gravador de voz, a questão do reversor e do *software* de gerenciamento. Conclusões sobre o acidente. Relatório de investigação aeronáutica.

Item 3: Sistema de controle do tráfego aéreo

Descreve e analisa profundamente o sistema aéreo brasileiro, abordando os seguintes tópicos: a crise do sistema, os órgãos e entidades envolvidos na administração do sistema aéreo, o gerenciamento do tráfego aéreo, os Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Cindactas, os sistemas de apoio, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB.

Item 4: Infra-estrutura aeroportuária

Analisa a organização aeroportuária brasileira, inicialmente a legislação aplicada ao setor, o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos e o Plano de Zoneamento de Ruído. Considerações sobre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero – e a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac. A seguir, descreve a infra-estrutura dos principais aeroportos do País, por regiões. Comenta os recursos financeiros e investimentos no setor

de infra-estrutura, as obras aeroportuárias e o sistema de informações ao passageiro.

Item 5: Marco regulatório

Apresenta questões gerais da regulação e da aviação civil, abordando o significado da regulação econômica de mercado, seus principais problemas e as características do mercado da aviação civil. História a evolução do marco regulatório de 1973 a 2005 e o estágio atual. A seguir, apresenta as diretrizes gerais, propostas pela CPI para um novo marco legal, que englobam os seguintes itens:

- a ausência de normas norteadoras;
- o Plano Aéreo Nacional;
- o Plano Aéreo de Aviação Civil;
- o papel do Congresso Nacional;
- o poder concedente;
- a regulação das tarifas;
- a regulação da malha aérea;
- as rotas internacionais;
- a defesa da concorrência;
- as indenizações de famílias de vítimas de acidente;
- o atendimento ao consumidor;
- os incentivos à aviação regional;
- a participação do capital estrangeiro;
- a tributação do querosene de aviação;
- a gestão da Anac.

Item 6: Conclusões gerais: causas da crise aérea

Conclui que a crise do sistema aéreo brasileiro tem múltiplas causas, que remontam não ao acidente de 29 de setembro de 2006, mas a 1993, com a criação do Ministério da Defesa, a 2000, com a instituição do Conselho de Aviação Civil – Conac –, e a 2005, com a criação da Anac, receptora das funções do extinto Departamento de Aviação Civil – DAC –, que resultou na passagem do comando militar para o comando civil. Enfatiza que a crise foi resultado da desregulamentação da economia, iniciada em 1992, e da desarticulação institucional da gestão do sistema aéreo, ocorrida entre 1993 e 2005. Além disso, houve o crescimento da demanda de passageiros sem o devido incremento da infra-estrutura aeroportuária; também colaborou no agravamento da crise a falência da Varig, que resultou no controle da aviação

comercial pelas empresas TAM e GOL. Observa que o acidente entre o Boeing da GOL e o Legacy, da ExcelAire, apenas trouxe à luz a crise jacente do sistema aéreo.

Item 7: Recomendações

Tipicidade de condutas:

Os pilotos norte-americanos, Joseph Lepore e Jan Paul Paladino, conduziram o jato *Legacy* com “negligência e imperícia”, como inclusos no art. 261, § 1º, c/c o art. 263 do Código Penal Brasileiro, mediante dolo eventual, e os controladores de voo da área de abrangência do acidente entre as aeronaves Legacy, da ExcelAire, e o Boeing da Gol, Felipe dos Santos Reis, Lucivando Tibúrcio de Alencar, Leandro José Santos de Barros e Jomarcelo Fernandes dos Santos, não aplicaram as instruções previstas nas normas de Instrução de Comando da Aeronáutica – ICA 100-12 –, submetidos a sanções administrativas pertinentes.

Com relação ao acidente da TAM, em Congonhas, São Paulo, várias recomendações: à Câmara dos Deputados, ao Ministério da Defesa, ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes – Cenipa –, às empresas que operam com o Airbus A320 e ao fabricante do Airbus.

Concernente ao controle do tráfego aéreo, recomendações à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Defesa, ao Comando da Aeronáutica, à Infraero e à Câmara dos Deputados.

Recomendações a órgãos públicos e entidades (Ministério da Defesa, CENIPA, Infraero, Anac, autoridades aeronáuticas, Tribunal de Contas da União – TCU –) relativas ao acidente com o voo 3054 da TAM, ao controle do tráfego aéreo brasileiro, à infra-estrutura aeroportuária brasileira, ao marco regulatório; arrola também as recomendações para aperfeiçoamento dos serviços da Anac e aos usuários do setor aéreo brasileiro sobre a assistência às vítimas e familiares das vítimas de acidentes aéreos e indenizações pertinentes.

Em apêndices oferece:

projeto de lei da Comissão, que “Dispõe sobre o sistema de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer), a inviolabilidade do sigilo de suas investigações e dá outras providências”;

projeto de lei da Comissão que “Altera a Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica”;

indicação da Comissão que “Sugere alterações no arcabouço regulatório do setor de aviação civil”, para tanto sugerindo o projeto que “Altera dispositivos da Lei n.º 11.182, de 27 de setembro de 2005, e da Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nas condições que especifica.”

Item 8: Encaminhamentos

Encaminha sugestões de aprimoramento dos órgãos relacionados com o sistema aéreo e ao Ministério Público os indícios apurados.

4.6 Voto em separado⁹³ da bancada do PSDB, apresentado pelo Deputado Gustavo Fruet

1 Crítica ao comportamento da Maioria

Acusa a base de apoio ao governo federal, na CPI, nas pessoas do Presidente, Marcelo Castro, e do Relator, Marco Maia, pela rejeição ou obstrução de todos os requerimentos da oposição referentes à auditoria do Tribunal de Contas da União, inclusive a que trata do Aeroporto de Congonhas, cessão de auditores do TCU e da Polícia Federal, escalas de serviços de controladores e diligências, auditorias da CGU, quebras de sigilos de pessoas com graves indícios de má utilização de recursos públicos, e todos os requerimentos que significassem uma apuração mais profunda.

⁹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ com redação final
Nome: CPI – Crise do Sistema de Tráfego Aéreo
Número: 1.697/2007 – transcrição *ipsis verbis*
Data: 3/10/2007.

2 Análise dos desdobramentos da crise do setor aéreo desde o acidente da Gol

Destaca a descoordenação do governo no trato e gestão do controle aéreo, falta de autoridade do Ministro da Defesa, o desconhecimento da ordem hierárquica das Forças Armadas e a insegurança na indicação de responsabilidades.

3 A Crise

Apresenta a relação dos fatos marcantes relacionados com a crise do setor aéreo.

4 Lista de exonerações e demissões de autoridades do setor aéreo

Apresenta a lista de demissões e exonerações ocorridas em função das evidências mostradas pela CPI.

5 Frases

Transcreve declarações e comentários de autoridades com relação à crise.

6 Fatos marcantes

Apresenta uma cronologia dos fatos mais marcantes no âmbito da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, anteriores à instalação da CPI.

7 Dificuldades da oposição na CPI

Relata as dificuldades enfrentadas pela oposição para desempenho de suas atividades dentro da CPI; inicia pela apresentação do percentual de requerimentos da oposição de convocação de autoridades e de informações que foram ou aprovados, ou rejeitados, ou prejudicados, ou não-pautados.

8 Causas da crise aérea

Analisa as causas da crise aérea com a opinião de que “os depoimentos e documentos recebidos pela CPI sinalizam claramente que a crise do setor aéreo foi uma crise de gestão, composta por uma série de fatores, que inclui falta de coordenação entre os diferentes órgãos do sistema, a insuficiência de recursos – em especial para as atividades relacionadas ao controle de vôo –, lacunas de marco regulatório, ineficiência na Anac e Infraero e outras irregularidades”.

Critica as causas apontadas no relatório final do Deputado Marco Maia.

Relata e comenta o não-cumprimento das resoluções do Conselho Nacional e da Aviação Civil – Conac.

9 Infraero e Anac

Faz considerações sobre a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – Infraero – e a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

10 Denúncias

Relata indícios de irregularidades, na Infraero, apontadas pelo TCU, pela Controladoria-Geral da União – CGU – e em depoimentos prestados à CPI.

4.7 Conclusões acerca do resultado da pesquisa

4.7.1 Supremacia da situação?

Levantados os dados apresentados neste estudo, buscou-se verificar a hipótese de a situação, detentora da maioria dos votos, conseguir usurpar o direito da oposição de dar curso às investigações propostas no ato da criação da CPI.

Os dados indicam:

A) Quanto ao uso da palavra

Nas 58 reuniões da CPI e nas oito reuniões da Subcomissão, o governo usou da palavra⁹⁴ 729 vezes, e a oposição, 346. Os deputados do governo e da oposição que mais fizeram uso da palavra foram:

Quadro 10: Uso da palavra (resultados mais expressivos)⁹⁵

GOVERNO/TIT	USO	GOVERNO/SUPL	USO	OPOSIÇÃO/TIT	USO	OPOSIÇÃO/SUPL	USO
Marco Maia	62	Miguel Martini	53	Vic Pires Franco	60	Ivan Valente	45
Marcelo Castro	52	Rocha Loures	35	Vanderlei Macris	53	Otávio Leite	37
Eduardo Cunha	49	Carlos Willian	30	Gustavo Fruet	46	Efraim Filho	36
Dr. Ubiali	46	Eduardo Valverde	28	Luciana Genro	37	Rodrigo de Castro	17
Pepe Vargas	40	Carlos Vacarezza	16	Solange Amaral	25	Carlos Sampaio	3

Fonte: Banco de Dados Discursos Parlamentares

Aparentemente houve maior uso da palavra pela oposição do que pela situação, se considerada a proporcionalidade (uma vez que o número de deputados da oposição representa 1/3 da composição da CPI). No entanto, o tempo de uso da palavra pela situação foi muito maior, porque: a) o Relator usou da prerrogativa de inquirir testemunhas pelo tempo que achasse necessário; b) a maioria dos requerimentos de convocação de depoimentos aprovados era de deputados da situação, o que dava ao grupo a prerrogativa de falar como autores e como inscritos. Assim, o uso da palavra quase sempre era suplantado pela Maioria.

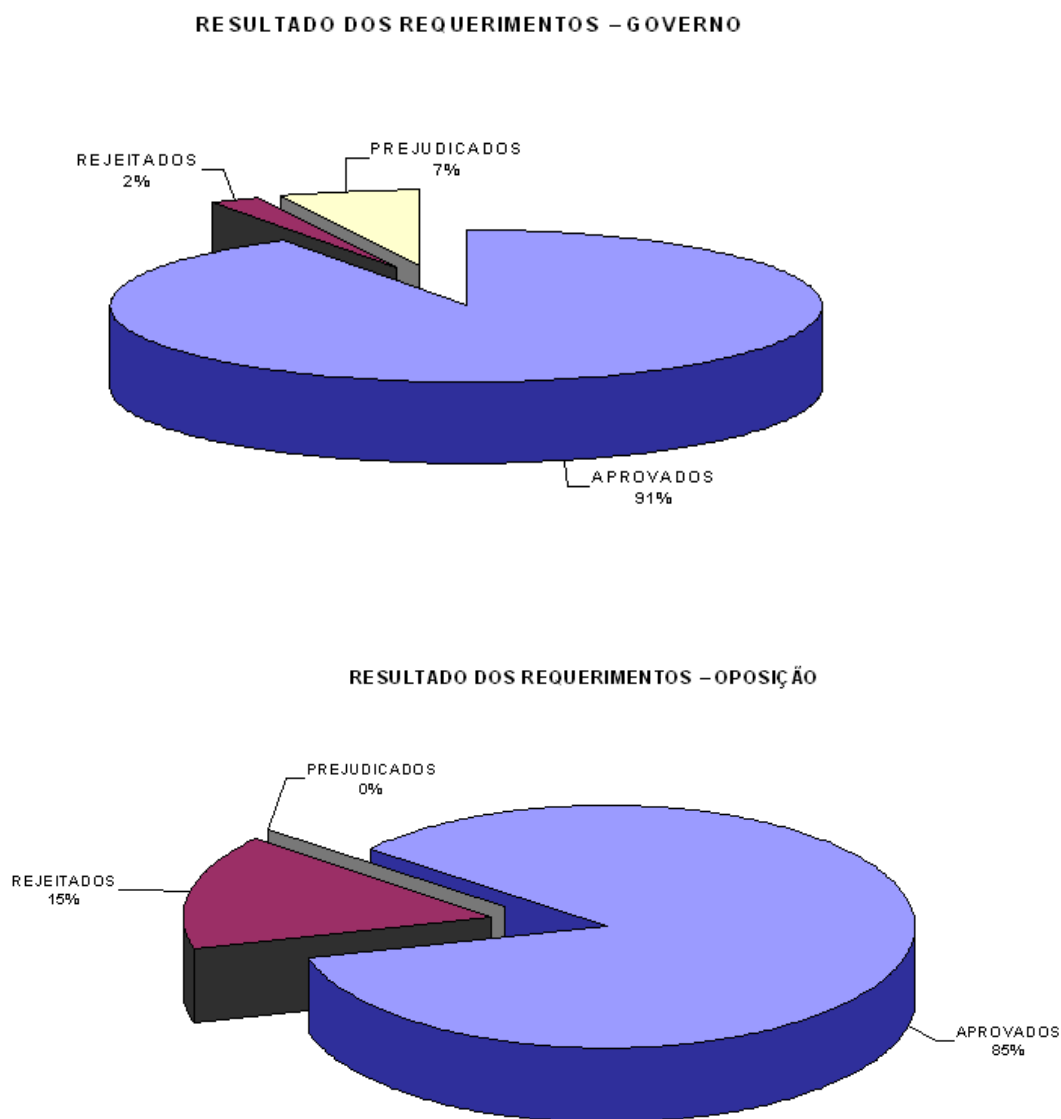
B) Requerimentos apresentados pela situação (governo) e pela oposição (Minoria)⁹⁶⁹⁷

⁹⁴ Foram computadas as informações sobre se o orador falou, não sendo somadas quantas vezes se manifestou em uma mesma reunião.

⁹⁵ Tabela completa em apêndice.

⁹⁶ Tabela completa em apêndice. Fonte: Pautas e atas das reuniões. Voto em separado da bancada do PSDB.

Figura 1: Resultado da votação dos requerimentos pautados



Fonte: Pautas das reuniões

Os gráficos parecem demonstrar uma equidade no resultado. No entanto, logo no início dos trabalhos da CPI,⁹⁸ o Relator decidiu agrupar os requerimentos por

⁹⁷ Quadro em apêndice: requerimentos rejeitados, prejudicados e aprovados contra votos. Fonte: Pauta da CPI da Crise do Tráfego Aéreo.

⁹⁸ Notas Taquigráficas – Reunião de 10/5/2007.

temas, o que causou muitos debates, porque a ordem numérica de apresentação não foi respeitada.

Requerimento da Deputada Luciana Genro solicitando escalas de serviços dos Cindactas I, II, III e IV causou fortes debates por alguns componentes do governo que classificaram a intervenção de “sindicalista”.⁹⁹

Requerimento do Deputado Gustavo Fruet, que solicitava cópias de todas as auditorias do TCU relativas a aeroportos e tráfego aéreo, foi retirado de pauta pelo Presidente da Comissão, Marcelo Castro, sob a alegação de que o seu conteúdo era muito genérico.

O requerimento dos Deputados Vic Pires Franco e Gustavo Fruet, de assessoria do TCU, também foi rejeitado, sob a alegação de que essa função era privativa do Presidente. O Deputado Gustavo Fruet protestou contra a retirada de pauta de requerimento de convocação do Secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, para prestação de contas sobre a execução orçamentária do espaço aéreo e da infra-estrutura portuária nos últimos dez anos. Segundo relatado no voto em separado da bancada do PSDB,¹⁰⁰ os requerimentos referentes a procedimentos administrativos, auditoria ou quebra de sigilo foram ou rejeitados, ou prejudicados ou nem foram pautados, como os requerimentos que solicitavam a quebra de sigilo de Milton Zuanazzi e de Denise Abreu, respectivamente, então Presidente e Diretora da Anac.

4.7.2 O debate político é preservado?

A análise da atuação dos deputados, principalmente durante as reuniões de depoimentos, demonstra que existe uma disposição para marcar posições, a exemplo da Deputada Luciana Genro, de defesa dos controladores de vôo como categoria profissional; do Deputado Miguel Martini, de desmilitarização da função de controlador de vôo; dos Deputados Pepe Vargas, Eduardo Valverde e Edson Santos, de defesa intransigente do governo federal; do Deputado Carlos Willian, da

⁹⁹ Deputado Eduardo Valverde.

¹⁰⁰ Câmara dos Deputados Detaq com redação final

Nome: CPI – Crise do Sistema de Tráfego Aéreo

Número: 1.697/2007 transcrição *ipsis verbis*

Data: 3/10/2007

desnecessidade da CPI, uma vez que ele próprio havia presidido uma Comissão Externa de Controle do Tráfego Aéreo, criada em 6 de dezembro de 2006, para acompanhar a crise nos aeroportos brasileiros, encerrada em 22 de dezembro sem aprovação de relatório; do Deputado Gustavo Fruet, de trazer à tona investigações do TCU de irregularidades nos órgãos do governo federal responsáveis pelo sistema aéreo.

Como acontece no mecanismo *fire alarm* (alarme de incêndio), no Congresso norte-americano, parece existir uma vontade de aproximação com os eleitores, uma vez que o tempo concedido para a formulação de perguntas e receber as respostas era quase sempre aproveitado, em sua maior parte, pelo deputado na formulação da pergunta. Pela análise das notas taquigráficas das reuniões, verifica-se que a superioridade numérica da situação não impede o embate político, que ocorre às vezes mesmo entre membros da mesma base política. O embate abaixo transcrito foi entre membros da situação:

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, quero encaminhar por um minuto, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Miguel Martini, que pede a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, então, não existe acordo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Existe acordo sim. É que estamos querendo dar mais celeridade a essa....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O acordo é para as pessoas não pedirem a palavra.

Se me pedem a palavra para encaminhar, eu sou obrigado a dar.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, pedi uma questão de ordem.

Podemos dar celeridade, ao aprovar esses, incluir outros requerimentos que seriam por nós aprovados em conjunto.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Questão de ordem embasada em qual artigo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Já estamos votando em bloco, Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pois é. Mas esse requerimento.

Primeiro, queria pedir ao Deputado Carlos Willian que me respeitasse. Quando eu estiver com a palavra que ele não me interrompa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor não estava com a palavra; o senhor que desrespeitou o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não vamos debater.

Restituo a palavra ao Deputado Miguel Martini, a quem peço conclua a sua fala.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Digo, então, ao Deputado Carlos Willian que eu quero respeitá-lo da mesma forma que eu exijo que ele me respeite; quando eu estiver com a palavra, que ele não me interrompa.

Minha sugestão é que outros requerimentos sejam também agrupados a esse, porque trata-se do mesmo assunto.

Então, nós ganharíamos mais tempo ainda.

Por exemplo, do número 5 ao número 11, eu incluiria até mesmo o de número 49 que trata da mesma coisa. Inclusive V. Exa. ficou de incluir o Comandante da Aeronáutica. Ao convocar o Brigadeiro, responsável pelo Cenipa, todas as outras informações virão juntas, o próprio Coronel Rufino virá junto.

Então, proponho que faça essa votação em conjunto.

Durante a votação de requerimento, de autoria da Deputada Luciana Genro e do Deputado Ivan Valente, nos seguintes termos: “Requerem sejam enviadas à CPI cópias, legíveis e autenticadas, das escalas de serviços dos Centros Integrados de Controle de Tráfego Aéreo, Cindactas I, II, III e IV, no período compreendido entre 20 de março e 20 de abril de 2007”, assim se posicionaram o Deputado Eduardo Valverde e os deputados que debateram a questão:

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, a Comissão aprovou na última sessão uma diretriz de encaminhamento, uma diretriz. Em cima dessa diretriz estamos aqui votando diversos requerimentos, dentro de uma certa lógica. Ninguém... Não temos a ilusão de que é nossa competência resolver problemas sindicais. Nosso problema é investigar o acidente entre um avião e outro avião e aquilo que resultou nesse acidente, que pode ser de falha humana, pode ser falha de estrutura do sistema. Temos também que, subjacente a esse contexto, existe uma reivindicação sindical, ora atendendo à desmilitarização do serviço, ora voltando a manter o atual contexto. Nossa missão aqui não é resolver esse problema estrutural do Estado. Nossa missão aqui é dar um parecer sobre a responsabilidade pelo acidente. Podemos até contribuir, como foi dito na semana... na nossa intervenção na vez passada, e buscar reconstruir o marco regulatório e o marco de proteção ao consumidor. Mas esse caso aqui, esse requerimento extrapola totalmente a nossa competência, como é a de uma CPI, em nos trazer para a Comissão aqui problemas sindicais, problemas sindicais. Por essa razão, sou contrário, aí, ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, o Deputado Ubiali, que havia pedido a palavra, e em seguida o Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, de fato, a CPI tem como meta fazer um trabalho específico de esclarecimento das causas do acidente e de como está o tráfego aéreo neste momento. Por isso, trazer para agora, ainda ausentes dados novos, esse assunto, acho no mínimo precoce. Nesse sentido, também sou favorável ao depoimento do Deputado Valverde de ser contra o requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, nobre Deputado Carlos Willian. Com a palavra o nobre Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos, parabenizar o nobre Relator pela condução dos trabalhos e os colegas desta Comissão, porque na verdade nós estamos dando uma resposta à população brasileira, e já aprovamos por unanimidade todos os requerimentos. E nesse trabalho, Sr. Presidente, nós tivemos alguns momentos de embates, e um momento até em que fui mal compreendido, e respondi de forma indelicada ao meu colega e conterrâneo Miguel Martini, um Deputado competente, que inclusive tem muito a contribuir com esta Comissão, porque ele é controlador, ou foi controlador de vôo, e iria fazê-lo pessoalmente, posterior a esta reunião. Mas como achei que fui deselegante em público, eu, como cristão, e ele também, como bom cristão, eu gostaria de fazer a desculpa em público. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Beto Mansur.

O SR. DEPUTADO BETO MANSUR - Só para defender o requerimento, acho que é importante, Sr. Presidente, acho que não tem disputa política, nem uma questão, aí, de entendimento de que determinadas lideranças sindicais poderiam influenciar no processo. Acho que este momento é um momento da mais alta importância para que a gente possa ouvir os controladores, ouvir os fabricantes do avião, que... a Embraer e seu Presidente, seu ex-Presidente, ouvir os componentes da GOL. Nós precisamos, na verdade, ter um caldo de informação para que possamos, através dessas informações, ter toda a condição de esta Comissão Parlamentar de Inquérito chegar a suas conclusões. Acho que neste momento nós convocarmos, ouvirmos e sabermos exatamente das escalas desse movimento que ocorreu com os controladores de vôo, civis ou militares, para nós é muito importante, porque nós vamos ao âmago da questão, vamos levantar o problema lá dentro, saber dos controladores, saber de quem está sendo, inclusive, levantado o problema junto à Aeronáutica, que vem sofrendo aí uma série de represálias de diversos setores, que a gente possa levantar o problema exato do que está acontecendo com os controladores de vôo, quer eles sejam civis, quer eles sejam militares. Então, a escala e a futura vinda desses controladores, a gente vai saber exatamente o que está ocorrendo dentro do Sistema Aéreo Brasileiro. Por isso, sou a favor do requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, para orientar pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, encaminhar V. Exa. já terminou. Já é para orientação mesmo, de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah, pois não. Nobre Deputado Eduardo Cunha, para orientar a bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, o PMDB acompanhou e vai continuar acompanhando a posição do Relator, que se manifestou quando houve a inclusão extrapauta pelo acolhimento do requerimento. Então, o PMDB votará favoravelmente ao requerimento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, para orientar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para orientar a bancada do Dem...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ... dos Democratas, Deputada Solange Amaral com a palavra.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Para manifestar o nosso apoio ao requerimento, acho que não há problema nenhum na presença de um líder sindical. Não vejo dificuldade. Acho que a gente... a gente se manifesta favoravelmente ao requerimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, vamos submeter à votação o requerimento...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de recolocar a questão, porque a forma em que o Deputado Valverde colocou distorceu completamente o requerimento. Está querendo dizer que eu estou trazendo um problema sindical para a CPI. A CPI não tem o objeto de discutir o acidente aéreo, Deputado Valverde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vai começar tudo de novo.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - V. Exa. não leu a ementa da CPI. A CPI tem o objetivo de discutir a crise do Sistema do Tráfego Aéreo desencadeada pelo acidente, e que tem como parte também o movimento que ocorreu no dia 30. E é por isso que nós precisamos também nos deter em receber informações sobre aquele momento que foi drástico na crise do Sistema Aéreo Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sim, mas vamos submeter à votação...?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, só para dizer exatamente isso, que a inclusão extrapauta e a assinatura, porque eu assinei o requerimento da Deputada Luciana Genro, foi nesse espírito, ele está dentro do espírito daquilo que se espera dos requerimentos da CPI.

Palavras dos próprios parlamentares sobre o debate político ao final dos trabalhos:

Deputado Rodrigo de Castro (oposição)

O governo fez toda força no sentido de impedir a referida instalação. Uma vez instalada a CPI, a maioria governista aqui também fez um esforço muito grande para que temas relevantes para as investigações não aflorassem, não viessem à tona, ao conhecimento da população do nosso País.

Deputado Pepe Vargas (situação):

Acho que todos aqui imprimiram a esta Comissão o melhor dos seus trabalhos. Obviamente que agora estamos numa fase, e não somos ingênuos, e tenho certeza de que todos aqueles que nos assistem também não o são, onde há um grau de disputa política, partidária inclusive... nós tivemos a preocupação de que esta CPI não se transformasse numa CPI de disputa entre oposição e situação, que esta CPI pudesse dar uma contribuição à nação brasileira, no sentido de apontar problemas, mas também apresentar soluções.

Deputado Gustavo Fruet (oposição):

Primeiro, para destacar que o debate político é necessário. Se tratarmos isso como algo menor, nós estaremos desqualificando o trabalho da CPI. E, daí, as divergências sob aspectos políticos.

Deputado Eduardo Cunha (situação):

Eu diria que esperava que esta CPI fosse um embate constante, pela forma como ela foi criada, pela tensão que existia, e acabamos aqui, no curso dos trabalhos, conduzindo a muito mais convergências do que divergências. É claro que divergências têm que existir, e vão existir, como bem disse o nobre Deputado Fruet, e, ao fim, na discussão do relatório, há sempre a marcação do espaço político e da posição política. Se assim não fosse, esta não seria a Casa que é... Nós não podemos nunca deixar de fazer com que a vontade da maioria seja satisfeita, seja exercida.

Deputado Miguel Martini (situação):

Fico muito à vontade para falar delas, porque me posicionei sempre dentro desta CPI e me posiciono agora, ao final desses trabalhos, não sendo de um lado nem de outro, não tendo necessidade de fazer discurso político a favor nem contra, até porque tenho uma responsabilidade a mais, não só como parlamentar, em razão da qual deve buscar o melhor para o País, mas por ser especialista nesse setor. Eu quis dar a minha contribuição, o melhor de mim, para ajudar na solução da crise aérea. Os discursos políticos são necessários. Cada um que faça os seus, a favor ou contra, mas meu foco sempre foi que temos de resolver o problema da crise aérea brasileira. A sociedade espera de nós isso. Aquilo que eu enxergo como melhor modelo eu procurei defender...

Deputado Vanderlei Macris (oposição)

Aqui, na CPI, uma ação do governo para compor sua maioria a dedo, e, mais do que isso, a resultante desse processo mostram, mais uma vez, as dificuldades que nós, da oposição, tivemos para encaminhar algumas questões fundamentais para a oposição...

Deputado Marco Maia (Relator) (situação)

Quero afirmar a todos vocês que, ao produzir este relatório, em nenhum momento o produzi olhando para essas convicções políticas enquanto um Deputado do PT, enquanto um Deputado do governo, enquanto um Deputado que defende o governo do Presidente Lula ... Eu tenho dito, desde o início, que o debate político nesta Casa é inerente ao trabalho parlamentar. Fazem parte da nossa vida, o debate e a discussão política. Agora, todos vocês souberam discernir entre aquilo que era político, no momento que deveria ser político, e aquilo que era técnico, no momento que deveria ser técnico, que deveria fazer esse diálogo técnico.

4.7.3 Qual a influência da qualidade pessoal dos deputados?

Questiona-se se as qualificações dos parlamentares, mais que seu engajamento em Maioria /Minoria, determinam o grau e a participação de cada um nos trabalhos da CPI. Para responder a essa indagação, foram analisadas as atas e as notas taquigráficas das reuniões da CPI da Crise do Tráfego Aéreo e da Subcomissão da Lei Geral da Aviação. O conceito de qualidade pessoal do deputado envolve vários aspectos: a formação profissional, a experiência política e parlamentar, a credibilidade de que desfruta entre seus pares, a pertinência de seus conhecimentos específicos com as investigações da CPI. Assim, os deputados que mais se destacaram, independentemente de pertencerem à situação ou à oposição, foram os seguintes:

- 1) O Deputado Fernando Gabeira, do PV, Rio de Janeiro: teve o respeito dos membros da CPI porque é de personalidade combativa, com um histórico pessoal de lutas e de coerência política, amplamente conhecidos. Na CPI, logo de início, mesmo porque havia participado da Comissão Externa de Controle do Tráfego Aéreo, criada em 6 de dezembro de 2006, tinha conhecimento sobre os assuntos em pauta na CPI. Ele¹⁰¹ se manifestou:

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA

Sr. Presidente, eu queria transmitir aqui ao Presidente e ao Relator um pouco da experiência de quem vem trabalhando no tema desde novembro do ano passado, talvez desde setembro do ano passado, e dizer que não pretendo estoicamente lutar contra a maré. Tanto a

¹⁰¹ Reunião ordinária de 8/5/07

oposição quanto o governo pretendem um caminho que seja um caminho que comece com o exame do acidente da Gol.

Então, eu vou aceitar essa idéia, não vou contestá-la, mas vou propor uma outra visão conceitual para o nosso trabalho. A sociedade brasileira espera – V. Exa. mesmo diz ali, vou acrescentar um adjetivo ao que V. Exa. disse no dia da eleição –, a sociedade brasileira espera um sistema aéreo seguro. Eu acrescento pontual, seguro e pontual. O nosso objetivo estratégico é conduzir o Brasil para a realização de um sistema seguro e pontual. E o Brasil vai ser, dentro de um ano, avaliado pela ICAO, e pode, inclusive, cair de *ranking*. Ele pode vir a cair do *ranking* 1 para o *ranking* 2, se não cumprir esses objetivos.

.....
Então, daí surge a minha proposta. Enquanto a Comissão se dedica a esses objetivos, que são importantíssimos, acho que tínhamos que dar uma satisfação à opinião pública. E qual seria essa satisfação? Melhorar o nível de assistência e informação aos passageiros aqui e agora. E temos uma proposta para isso. Queríamos pedir à Comissão que nos autorizasse a trabalhar nesse sentido. Por exemplo, Sr. Presidente, nós temos, quando as pessoas vão para o aeroporto e há atrasos e problemas, elas todas reclamam de que foram mal informadas e mal assistidas.

.....
Essa é a minha proposta, Sr. Presidente.
.....
.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Como foram 25 intervenções, eu anotei praticamente todos os pontos principais. Com relação ao tema levantado pelo Deputado Fernando Gabeira, eu queria propor que, na reunião de depois da de amanhã, eu possa apresentar – vou conversar com o Deputado Fernando Gabeira – uma formulação, um mecanismo que nos permita trabalhar paralelamente aos debates da CPI (que se iniciarão pelo acidente), esses temas que dão conta das necessidades prementes dos nossos aeroportos. A proposta apresentada pelo Deputado Fernando Gabeira foi uma proposta concreta e real e pode nos ajudar inclusive a dar uma resposta à sociedade sobre as principais demandas e os principais questionamentos que estão sendo colocados sobre esta Casa e sobre os organismos públicos que tratam da organização do sistema de transporte aéreo do País.

- 2) O Deputado Gustavo Fruet¹⁰², do PSDB, do Paraná: desde 2003 faz parte da lista dos "100 Cabeças do Congresso", elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Numa pesquisa realizada pelo *site* Congresso em Foco, foi apontado por jornalistas que cobrem o Congresso Nacional como um dos melhores

¹⁰² Dados biográficos retirados do *site* do Deputado e do *site* da Câmara dos Deputados.

parlamentares federais. Levantamento realizado pelo mesmo *site* mostra que Gustavo Fruet é o parlamentar paranaense mais assíduo da Câmara. No fim de 2006, recebeu o Prêmio Congresso em Foco, entregue pelo *site* de mesmo nome aos parlamentares apontados como os de melhor desempenho no Congresso Nacional. Presidiu a CPI do Proer, participou ainda das Comissões do Código Civil, de Constituição e Justiça e Redação, da Reforma do Judiciário e de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática.

Foi membro titular do Conselho de Ética da Câmara. Presidiu a Subcomissão de Transgênicos e foi relator do processo de cassação do Deputado Federal André Luiz. Também foi relator da proposta de regulamentação da Corregedoria Geral da Câmara. Em 2005 e 2006, teve papel destacado na CPMI dos Correios, na qual atuou como sub-relator de movimentação financeira. Com essa biografia, teve papel destacado nas discussões e interpelações da CPI da Crise do Tráfego Aéreo, tanto é que apresentou o voto em separado do PSDB na conclusão dos trabalhos.

A seguir, trechos de participação do Deputado na CPI:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para orientar a bancada do PSDB, nobre Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Sr. Presidente. Com todo o respeito, mas não é possível. A Câmara dos Deputados, a quem sempre critiquei por não tomar decisão pelo excesso das medidas provisórias, está criando a CPI da não-investigação. Ou nós definimos que queremos avançar ou não entendemos o papel da CPI – e, olhem, é a primeira CPI que não tem assessoramento técnico do Tribunal de Contas até agora e em que as auditorias pedidas foram derrubadas. Ou nós fazemos um apelo à razão e começamos a usar o papel de investigação de uma Comissão, ou... Há uma prevenção no sentido de que toda a questão da Infraero é para denunciar corrupção.

Eu sei que estou polemizando, poderia até contar com o voto favorável, mas é impressionante que até em uma diligência, visitar o aeroporto – e nós insistimos muito quando estava aqui o Presidente da Anac com relação à gestão, com relação à autorização ou não do trabalho da Infraero na pista, sem questionar até agora, em momento algum, ou fazer qualquer suspeita de desvio de recurso público, mas questionando a gestão –, se crie uma restrição ao processo de diligência, então, efetivamente nós vamos começar a criar uma série de barreiras e constrangimentos.

Eu estiquei a corda, Sr. Relator, desculpe, eu até provooco a reação, mas é porque nós derrubamos, inclusive hoje, mais um requerimento de auditoria do Tribunal de Contas da União. E havíamos acordado em apresentar uma série de sugestões para que houvesse a votação.

Então, eu faço essa menção e esse registro público em lealdade ao Relator e em lealdade ao Presidente, que têm procurado levar a CPI um trabalho técnico e propositivo, entendendo a diferença que se pode estabelecer lá na frente com relação às denúncias, mas é pela confiança com relação à condução. Mas a preocupação é que não estabeleçamos tantas barreiras sob pena de criarmos uma restrição sem dimensão.

- 3) A Deputada Luciana Genro¹⁰³, do PSOL, do Rio Grande do Sul: cumpre seu segundo mandato como Deputada Federal, eleita, em 2006, com 185 mil votos, a mais votada de Porto Alegre. É titular da Comissão de Finanças e Tributação, suplente das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Mistas de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Seus profundos conhecimentos da língua inglesa ajudaram bastante nos trabalhos da CPI. Coerente com suas posições em defesa da classe trabalhadora, desde o primeiro momento posicionou-se em defesa dos controladores de vôo. Ao final, assim se pronunciou:

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou apresentando voto em separado porque eu entendo que o relatório, embora contenha algumas questões corretas e importantes, não conseguiu traduzir de forma mais clara os problemas que nós constatamos ao longo desses cinco meses de trabalho.

O próprio nome da nossa CPI deveria ser refeito, a partir dos elementos que nós constatamos ao longo dos trabalhos. Onde dizemos que a crise aérea foi desencadeada após o acidente da Gol, na verdade a crise aérea foi evidenciada após o acidente da Gol. E as evidências dessa crise se materializaram de forma mais clara nos acidentes e nos enormes atrasos, no congestionamento dos aeroportos que nós presenciamos ao longo desse período.

Três elementos compõem essa crise aérea. Um deles é o controle de tráfego aéreo, o segundo são os problemas da infra-estrutura aeroportuária e o terceiro é a ausência de fiscalização mais efetiva nas empresas por parte da Anac.

No que diz respeito ao controle de tráfego aéreo, tema ao qual me dediquei com mais afinco ao longo dos trabalhos, eu vejo que o

¹⁰³ Fonte dos dados biográficos: *site* do PSOL e *site* da Câmara dos Deputados.

relatório não captou os problemas envolvidos nas decisões tomadas pelo Comando da Aeronáutica e no fato de nós termos um controle de tráfego aéreo militarizado.

Nós tivemos o acidente da Gol e, após o acidente, a onda que se fez de culpabilização dos controladores que estavam de serviço naquele momento causou um sentimento de revolta muito grande em todos os sargentos controladores, porque eles vinham trabalhando em situação extremamente precária. Já haviam denunciado, através das suas associações, problemas no sistema de controle aéreo; problemas nos radares, como quedas de frequência, duplicação de aeronaves; problemas de excesso de aeronaves a serem controladas; e problemas no *software*. Esses problemas se notabilizaram no acidente da Gol, e o Relator não deu a devida importância a isso.

A mudança automática de nível que ocorreu naquele momento foi um elemento de indução dos controladores a erro nos procedimentos, o que levou ao acidente. Mas eles vinham operando nessas condições. E, após o acidente, com a culpabilização dos controladores, eles então decidem cumprir as normas de forma rigorosa. E esse cumprimento das normas de forma rigorosa acabou por potencializar os problemas que já havia na infra-estrutura aeroportuária e na fiscalização das empresas, causando atrasos ainda maiores, porque eles começaram a fazer restrições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Peço silêncio, por favor.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - ... no tráfego aéreo, separação maior de aeronaves, interdições de pistas quando a situação meteorológica assim exigia. E todos devem se recordar de que os controladores de vôo foram, então, acusados de sabotadores. Num determinado momento, o Comando da Aeronáutica emite ordens de prisão, de transferência e de punição aos controladores que estariam supostamente sabotando o controle de tráfego aéreo, quando, na verdade, eles estavam cumprindo rigorosamente as normas internacionais.

- 4) Caso emblemático da influência da qualificação pessoal foi o do Deputado Miguel Martini. Quase desconhecido, único representante de um pequeno partido político, o PHS, que obteve 0,389% de representação nas eleições de 2006. O fato de ser um ex-controlador de vôo militar e de ser aliado a atitudes firmes que tomou durante as reuniões, lhe valeram ser a maior projeção pessoal da CPI, tanto é que, apesar de ter sido eleito Vice-Presidente da Subcomissão da Legislação da Aviação Civil, teve atuação muito mais marcante do que a do Presidente, Rocha Loures, e a do Relator, Pepe Vargas. Ao final dos trabalhos, se pronunciou com propriedade:

DEPUTADO MIGUEL MARTINI - ... ao longo da CPI, muitas medidas foram tomadas. Já foi pontuado e eu queria novamente pontuar: o Ministro que não estava funcionando – não entramos aqui no julgamento, na avaliação – foi trocado e entrou um Ministro que começou a apontar para a solução dos problemas reais; a Diretoria da Infraero com indicações políticas acabou e entrou alguém com competência administrativa e gerencial e passou-se a primar pela competência técnica; os cinco Diretores da Anac que ainda não saíram, vão sair e haverá uma discussão de um novo modelo da agência reguladora – ou seja, as empresas aéreas não são aquelas que vão ditar mais, mas o governo, encarregado pela sociedade de gerir o sistema de aviação civil, toma pulso, toma direção e vai definir aquilo que é melhor para o nosso País.

Quero dizer que os dados são interessantes. Apenas 30% da infraestrutura aeroportuária neste País é utilizada. O problema estava no gerenciamento, na má-distribuição das malhas. A malha aérea estava feita pelas empresas aéreas, segundo seus interesses econômicos, e não segundo o melhor interesse da sociedade brasileira. E é isso que vai ser feito agora. Em conversa com o Ministério da Defesa e a partir dessa Comissão Especial que vamos lutar para ser criada, tão logo termine esta CPI, daremos o arcabouço legal para que todas essas medidas tenham o respaldo legal e o melhor encaminhamento das soluções dos problemas. Portanto, é fundamental que a malha aérea seja refeita, e ela já está sendo refeita.

E nós entramos em problemas graves.

Não foi planejada alternativa para São Paulo. O aeroporto de Guarulhos é um gargalo; o aeroporto de Congonhas é outro gargalo. E não foi pensado a tempo e a hora. Quando foi construído o aeroporto de Guarulhos, era previsto para quinze anos. Já se passaram mais de vinte e nada foi feito. A outra pista não foi feita e não será feita em menos de oito anos, se começar hoje – agora já devem ser oito anos e um minuto, porque ainda não tem planejamento de começar.

A alternativa de Campinas é de longo prazo. É preciso fazer a conexão entre o centro de São Paulo e o aeroporto de Campinas. Do contrário, ele não pode ser oferecido como alternativa para pouso de passageiros que se destinam a São Paulo.

Enfim, a malha aérea precisa ser repensada. Há que se descongestionar os vôos internacionais, dos quais 87%, praticamente, estão concentrados no aeroporto de Guarulhos, que não pode. Nós temos o aeroporto do Galeão, que está ocioso. Nós temos o aeroporto de Confins, que ainda tem ociosidade.

Portanto, nós percebemos que muito já se avançou agora. É preciso deixar bem claro: nós não temos nenhuma solução para o problema ainda. Nós apenas equacionamos o problema.

E aí eu entro na questão da desmilitarização: se nós não fizermos a desmilitarização do tráfego aéreo no Brasil... Veja que o Brasil já foi discutido lá, agora, nessa última reunião no Canadá, se deveria ou não permanecer no primeiro grupo. E uma das exigências da OACI é que o controle de vôos seja realizado por controladores civis e que nada se sobreponha aos regulamentos de segurança da aviação civil, às regras de aviação civil. E essas regras são ditadas

internacionalmente pela OACI. No Brasil, elas ainda estão submetidas, primeiro, ao modelo militar, para, depois, as questões operacionais serem observadas.

Então, isso não pode. Em segundo lugar, o que depõe em favor da desmilitarização é que hoje nós temos déficit de pessoal. E não se faz a substituição daqueles que estão saindo por novos controladores de uma hora para outra. O Brasil chegou a ter um déficit de mil controladores de vôo. Nós – eu e a Deputada Luciana Genro – estivemos em Manaus, e lá o Comandante disse: "Aqui eu tenho apenas 90 controladores, enquanto que eu preciso de 150 controladores de vôo". E um controlador de vôo, segundo a FAA, precisa de 10 anos para ter maturidade suficiente e fazer um controle de vôo no melhor dele. E, no Brasil, hoje, todos os controladores de vôo... E, se nós não apontarmos e não fizermos a desmilitarização, nós teremos controladores de vôo com um ano. Nós tivemos lá em Manaus controlador que tem 2,3 anos que saiu da escola, que é o instrutor dos outros controladores, porque não tem outros controladores para fazerem isso.

Então, a desmilitarização é uma exigência, se nós queremos apontar para um caminho de um tráfego aéreo mais seguro, um tráfego aéreo mais tranquilo, um tráfego aéreo em que teremos uma facilidade maior, uma flexibilidade maior para substituir os profissionais. Hoje, se quisermos dar dez centavos de aumento para os controladores de vôo, temos que aumentar nas três Forças Armadas. Se quisermos aumentar mais 500 controladores, temos que aumentar o número do efetivo das Forças Armadas, e é uma lei que tem de passar pelo Congresso Nacional.

Conclui-se que a qualidade pessoal é item que deve ser muito bem avaliado quando da indicação dos membros da CPI, tanto pela situação quanto pela oposição, pois a sua influência pode ser decisiva para o resultado da CPI.

CONCLUSÃO FINAL

Este trabalho apresentou o efeito da repartição proporcional das vagas na CPI da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo. Buscou responder aos questionamentos sobre a suposta preponderância da Maioria sobre a Minoria em virtude de sua superioridade numérica e se ela teria o efeito de anular o direito constitucional da Minoria de propor e criar CPIs, pela invalidação dos esforços investigatórios postos em prática pela Minoria.

Na CPI criada para investigar as causas da crise do sistema aéreo, objeto deste estudo, observou-se que, tanto no debate político quanto na conclusão de seus trabalhos, os resultados foram satisfatórios, tanto é que o Deputado Gustavo Fruet, na apresentação do voto em separado da bancada oposicionista do PSDB, reconheceu os bons resultados da CPI, apesar de criticar a ação cerceadora da Maioria. Ele apontou os efeitos das investigações sobre os titulares dos órgãos responsáveis pelo sistema do tráfego aéreo nacional, que foram quase todos substituídos e o próprio tráfego aéreo reformulado, como também houve mudança na assistência aos usuários, e, além disso, vieram à tona problemas até então despercebidos.

Dos dados levantados, pode-se constatar que a Minoria consegue manter o debate político e que a qualidade e a qualificação dos deputados têm grande influência no andamento e nos resultados da CPI. Restaram algumas indagações sobre o comportamento que se esperava da oposição, de embates mais vigorosos e que muitas vezes foram bastante moderados, principalmente observado quando do depoimento do Deputado Carlos Wilson, na qualidade de ex-presidente da Infraero, sugerindo que existem negociações de bastidores, que são percebidas no comportamento pacífico da Minoria em situações quando se esperava vigor nos embates políticos.

No entanto, para se ter uma visão analítica sobre esse aspecto, seria necessário o estudo da pauta da Câmara dos Deputados e os interesses tanto da Maioria quanto da Minoria nas matérias em apreciação, o que justificaria acordos generalizados, até com relação aos trabalhos da CPI. Contudo, essa tarefa extrapola o que foi proposto por este trabalho acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**: Rio de Janeiro, 1988, vol. 31, p. 5-33.

_____. O presidencialismo de coalizão. **Veja on line**. Ed. 1.677, 29/11/2000. Acesso em 26/11/2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/291100/em_foco.html>.

ALMEIDA, Acir dos Santos. **A Escolha Constitucional dos Poderes do Presidente**: o caso da Medida Provisória. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998. Dissertação de Mestrado.

ALVES, José Wanderley Bezerra. **Comissões Parlamentares de Inquérito**: poderes e limites de atuação. Porto Alegre: Sérgio Antonio Facris Editor, 2004, p. 319.

AMORIM NETO & TAFNER, Paulo. **O Congresso e as Medidas Provisórias**: delegação, coordenação e conflito. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999, *mimeo*.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 5. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. 171 p.

BRAGA, Ricardo de João. **A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado frente à política de câmbio administrado (janeiro 1995 a janeiro de 1999)**. Brasília: Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 2006, p.92-93.

COTTA, Maurizio. Representação política. In: **Dicionário de política**: BOBBIO, Norberto & MATTEUCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1.001-1.007.

COUTINHO, Maria Laura & LINS, Maria Inês. **Comissões parlamentares de inquérito 1946 a 2002**. Revisto e ampliado por Dilsson Emilio Brusco. Brasília: Câmara dos Deputados - Coordenação de Publicações, 2006. 580p.

DINIZ, Eli. **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade. Brasil, 1985-95**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1995, ano 10, n.º 29, p. 175-200.

LAMOUNIER, B. (org.) **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

_____. **Depois da Transição**: democracia e eleições no Governo Collor. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

LAVALLE, Adrián Gurza & HOUTZAGER, Peter P. & CASTELLO, Graziela. Representação Política e Organizações Cívicas: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Fev./2006, v. 21(60): 43-65. Acesso em 11/12/2007. Disponível em: <<http://www.cebrap.org.br/imagens/arquivos/representacaopolOrgCivRBSC2006.pdf>>.

LEMOS, Leany B. **Controle Legislativo em Democracias Presidencialistas**: Brasil e EUA em perspectiva comparada. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Ciências Sociais – Centro de Estudos e Pós-Graduação sobre as Américas, 2005. 244 p. (tese de doutorado).

LIJPHART, A. **Os modelos majoritário e consociacional da democracia**: contrastes e ilustrações. In: LAMOUNIER, B. (org.). 1982, p. 95-115.

MAINWARING, Scott. Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. **Comparative Politics**, 1991, vol. 24, nº 1.

_____ e SHUGART, Matthew S. **Presidentialism and Democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova**. São Paulo, nº 67, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2008. doi: 10.1590/S0102-64452006000200005.

MCCUBBINS, Mathew D. & SCHWARTZ, Thomas. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. **American Journal of Political Science**, v. 28, nº 1, Feb. 1984), p. 165-179. Disponível em <http://links.jstor.org/sci=0092-5863%28198402%2928%3A1%3165%3ACOOPV%3E2.0.B2-n>.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Economia e Política**: instituições de estabilização econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

NICOLAU, Jairo. Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999, *mimeo*.

_____. A representação proporcional. In: **Sistemas eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 37-61.

_____. Multipartidismo, Maiorias Parlamentares e Democracia: notas sobre o caso brasileiro, In: E. Diniz (org.). **O Desafio da Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

_____. **Sistemas Eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 9 a 36.

NINA, Carlos Homero Vieira. A Comissão Parlamentar de Inquérito nas Constituições Brasileiras. Brasília. **Revista de Informação Legislativa**. 2005, v. 46, nº 166, abr./jun., p. 367-374.

NOBRE, Marcos e TORRES FREIRE, Vinicius. Política difícil, estabilização imperfeita: os anos FHC. **Novos Estudos Cebrap**, 1998, nº 51, p. 123-147.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Comissão Parlamentar de Inquérito**. São Paulo: Ícone, 1999, p. 36.

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? Debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**. RJ, 43 (3), 2000, p. 521-557. Acesso em 12 julho 2007. doi:10.1590/S0011-52582000000300004.

PANIZZA, Francisco. **Política y Economía de Brasil Contemporáneo**. London: London School of Economics, *mimeo*, 1999.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 9 a 34.

PEREIRA, Carlos & MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em Presidencialismo de Coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. **Dados**. Rio de Janeiro, 2002, v. 45, nº 2. Acesso em: 3 out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n2/a03v44n3.pdf>>.

PESSANHA, Charles. **Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Brasil: 1946-1994**. Tese de Doutorado, USP, 1997.

POWER, Timothy J., The Pen Is Mightier Than the Congress: Presidential Decree Power in Brazil, In: CAREY, J. M. & SHUGART, M. S. (comps.). **Executive Decree Authority**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SALGADO, Plínio. **Comissões Parlamentares de Inquérito CPI: doutrina, jurisprudência, legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 44-45; 50-51; 51-52.

SANTI, Marcos Evandro Cardoso. **Criação de Comissões Parlamentares de Inquérito: tensão entre o direito constitucional de minorias e os interesses políticos da maioria**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007, 160 p.

SANTOS, Fabiano. As estratégias dos partidos para a nomeação de membros para as comissões. In: Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados**. Rio de Janeiro, 2002, v. 445, nº 2, p. 1-17. Acesso em 12 julho 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script+sci_52582002000200003&ing=pt&nrm=isso.

_____. Democracia e Poder Legislativo no Brasil e na Argentina. In: LLADÓS, J. M. & GUIMARÃES, S. P. (comp.). **Perspectivas Brasil y Argentina**. Brasília/Buenos Aires, IPRI/CARI, 1999a.

_____. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. In: **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003 (Coleção Origem), p. 84.

_____. Instituições Eleitorais e Desempenho do Presidencialismo no Brasil. **Dados**, 1999b, vol. 42, n.º 1, p. 111-138.

SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional Comparada. Una Investigación de Estructuras, Incentivos y Resultados**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1994.

SHUGART, Matthew S. e CAREY, John M. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. Cambridge: Cambridge University, Press, 1992.

SOARES, Márcia Miranda & LOURENCO, Luiz Cláudio. A representação política dos estados na federação brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 19, n.º 56, 2004, p. 3-19. Acesso em: 2 out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092004000300008&lng=pt&nrm=iso>.

SOUZA, Celina. Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 2001, vol. 44, n.º 3, p. 513 a 560. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v44n3/a03v44n3.pdf>.

STEPAN, Alfred. Para uma nova análise comparativa do Federalismo e da Democracia: federações que restringem ou ampliam o poder dos demos. **Dados**. 1999, vol. 42, n.º 2, p. 197-25.

SUPREMO Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito. Brasília: Supremo Tribunal Federal/Secretaria de Documentação, 2006, 55 p.

Artigos de jornais:

FILGUEIRAS, Sônia & EXPEDITO FILHO TCU abre 48 processos para investigar INFRAERO. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 21 mar. 2007. Nacional, A5. Disponível em: <http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO>&. Acesso em 8/11/2007.

FRANCO, Ilmar. Governo consegue adiar CPI do Apagão Aéreo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 mar. 2007, Economia, p. 42. Disponível em: <http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO>&. Acesso em 9/11/2007.

GALLUCCI, Mariângela. STF dá liminar em favor da CPI do Apagão Aéreo. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 30 mar. 2007, Nacional, A9. Disponível em: [http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO"&](http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO). Acesso em 8/11/2007.

LEAL, Luciana Nunes. Aliados querem presidente e relator se CPI do Apagão Aéreo for instalada. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 5 abr. 2007, Nacional, A4. Disponível em: [http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO"&](http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO). Acesso em 8/11/2007.

LIMA, Maria. Ex-Presidente da Infraero, Carlos Wilson, é alvo da CPI do Apagão. Rio de Janeiro: *O Globo*, 8 abr. 2007, PAÍS, p. 4. Disponível em: [http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO"&](http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO). Acesso em 8/11/2007.

ODÍLIA, Fernanda. Carlos Wilson escapa de ataques. Brasília: *Correio Braziliense*, 29 jun. 2007. Política, p. 7. Disponível em: [http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO"&](http://brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO). Acesso em 8/11/2007.

PARDELLAS, Sérgio. Planalto tenta barrar instalação de CPI do Apagão Aéreo. São Paulo: *Gazeta Mercantil*. 8 mar. 2007. Política, A-9. Disponível em [http://:srv_brs_01.camara.br/netacgi/nph-brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO"&](http://:srv_brs_01.camara.br/netacgi/nph-brs?s4=&pg4=AUTO&co4=E&sl+!cpi+++a5e9REO). Acesso em 9/11/2007.

APÊNDICES

Apêndice A – Requerimentos rejeitados segundo voto em separado da bancada do PSDB¹⁰⁴

REQ.	DEPUTADO	TEOR	RESULTADO
362	Dep. Efraim Filho	convocação do Procurador-Geral do MP junto ao TCU, Lucas Furtado	rejeitado em 10/7/2007
501, 502, 503, 504 505	Dep. Fernando Gabeira	requerendo a quebra dos sigilos, respectivamente, de Milton Zuanazzi, Josef Barat, Jorge Veloso, Leur Lomanto e Denise Abreu	rejeitados
470	Dep. Gustavo Fruet	requer seja solicitado ao Sr. Ministro da Defesa, Sr. Waldir Pires, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta do Diretor-Presidente e demais Diretores da Anac por gestão temerária perante a crise aérea, bem como o descumprimento das atribuições impostas pela Lei n.º 11.182/2005	rejeitado em 8/8/2007
604	Dep. Gustavo Fruet	requer que a CPI noticie o Ministro da Defesa sobre os seguintes atos ilícitos, para que adote as medidas cabíveis (Diretoria da Anac) –	prejudicado em 22/8/2007
400	Dep. Gustavo Fruet	requer convite ao Sr. Lucas Furtado Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU	rejeitado em 10/7/2007
339	Dep. Gustavo Fruet	requer convite ao Sr. Augusto Nardes, Ministro do TCU.	rejeitado em 10/7/2007
556	Dep. Vanderlei Macris e Gustavo Fruet	requer a convocação do Brigadeiro José Carlos Pereira, ex-presidente da Infraero, para prestar esclarecimentos a esta CPI sobre indícios de irregularidades, de natureza ética e omissões no cumprimento de atribuições legais de regular e fiscalizar o transporte aéreo nacional, por parte da Diretoria da Anac –	rejeitado em 8/8/2007
559	Dep. Vanderlei Macris e Gustavo Fruet	requer a convocação do Promotor Marcelo Goulart sobre Ação Civil Pública que resultou em liminar que impediu o início do terminal de cargas em Ribeirão Preto	rejeitado em 8/8/2007
623	Dep. Vanderlei Macris e Gustavo Fruet	requer a convocação do Procurador Carlos Fernando Macozzo, para prestar esclarecimentos sobre irregularidades em obras no aeroporto de Vitória	não deliberado

¹⁰⁴ Fonte: Resultado das reuniões da CPI.

Apêndice B – Requerimentos rejeitados ou prejudicados segundo pesquisas nas pautas das reuniões

DEPUTADO	REQUERIMENTOS*	RES	OBS
VANDERLEI MACRIS	REQ 258/2007 CPIAEREO - do Sr. Vanderlei Macris - que "requer informações ao Departamento de Polícia Federal de Curitiba sobre inquérito para apurar irregularidades que teriam sido praticadas na Infraero	R	
	REQ 257/2007 CPIAEREO – do Sr. Vanderlei Macris - que "requer a convocação da Sra. Sílvia Pfeiffer, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncia de irregularidades em aeroportos".	R	
	REQ 239/2007 CPIAEREO - do Sr. Vanderlei Macris - que "requer a convocação do Sr. Eurico José Berardo Loyo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncia de irregularidades na Infraero, em especial no Aeroporto de Congonhas".	R	
	REQ 373/2007 CPIAEREO - dos Srs. Vanderlei Macris e Gustavo Fruet - que "requer a convocação do Sr. Ministro da Fazenda Guido Mantega"	R	
	REQ 393/2007 CPIAEREO - do Sr. Vanderlei Macris - que "requer a convocação da Sra. Mônica Zerbinato para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncias de irregularidades na Infraero	R	
	REQ 556/2007 CPIAEREO - dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris - que "requer a convocação do Sr. Brigadeiro José Carlos Pereira, ex-presidente da Infraero, para prestar esclarecimentos a esta CPI sobre indícios de irregularidades, de natureza ética e omissões no cumprimento de atribuições legais de regular e fiscalizar o transporte aéreo nacional, por parte da Diretoria da Anac - Agência Nacional de Aviação Civil".	R	
	REQ 559/2007 CPIAEREO - dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris - que "requer a convocação do Sr. Promotor Marcelo Goulart para prestar esclarecimentos sobre ação civil pública que resultou em liminar que impediu o início das obras no terminal de cargas do Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto"	R	
	REQ 317/2007 CPIAEREO - do Sr. Vanderlei Macris - que "requer a convocação do Sr. Dr. Rispício Antônio do Espírito Santo Júnior, Presidente do Instituto CEPTA – Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas"	P	
	REQ 334/2007 CPIAEREO - do Sr. Vanderlei Macris - que "requer a convocação do Sr. Luiz Fernando Perrone, ex-presidente da Infraero"	P	
	604/2007 CPIAEREO dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris - que "requer que a CPI noticie o Ministro da Defesa sobre os seguintes atos ilícitos, para que adote as medidas cabíveis".	PREJ	
	REQ 589/2007 CPIAEREO - do Sr. Vanderlei Macris - que "requer que seja convidada a Exma. Sra. Desembargadora Federal Cecília Marcondes"	PREJ	
LUCIANA GENRO E IVAN VALENTE	- REQ 130/2007 CPIAEREO - da Sra. Luciana Genro - que "requer seja enviado à CPI cópias, legíveis e autenticadas, das escalas de serviços dos Centros Integrados de Controle de Tráfego Aéreo - Cindactas - I, II, III e IV, no período compreendido entre 20 de março a 20 de abril, de 2007, bem como, dos autos de Inquéritos Policiais Militares (IPM's), instaurados para apurar as circunstâncias de fato que desencadeou a paralisação dos serviços de controle do tráfego aéreo brasileiro no dia 30 de março, de 2007".	A	contra os votos de Dr. Ubiali e Eduardo Valverde
	REQ 218/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei n.º 1.579, de 1952, e do art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se o acesso e envio à CPI de cópias do depoimento e dos documentos entregues pela Sra. Sílvia Pfeiffer à Polícia Federal do Paraná, constantes no inquérito instaurado para a apuração da notícia-crime sobre corrupção na Infraero"	R	
	REQ 299/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que a CPI tenha acesso ao depoimento de Edilberto Sirotheau – ex ocupante de cargo estratégico na Infraero em segurança aeroportuária – ao Ministério Público Federal, conforme consta no jornal Correio Braziliense de 15/05/2007, pág 4".	R	
	REQ 31/2007 CPIAEREO - da Sra. Luciana Genro - que "nos termos do art. 58, § 3º da Constituição do Brasil, do art. 2º da Lei n.º 1.579, de 1952, e do art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se a oitiva da Senhora Sílvia Pfeiffer, brasileira, empresária, ex-proprietária da empresa Aeromídia, portadora do CPF n.º 506.346.909-49, residente e domiciliada na cidade de Curitiba (PR), na Rua Augusto Scandelari, n.º 41 – A, Bairro Pilarzinho, ou onde possa ser encontrada, para que, sob compromisso,	R	

DEPUTADO	REQUERIMENTOS*	RES	OBS
	esclareça os fatos e as circunstâncias da entrevista que concedeu à revista IstoÉ, e que são objeto de Notícia Crime junto à Polícia Federal, com a denúncia de fatos ilícitos graves que supostamente envolvia o ex-secretário de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba, Sr. Carlos Alberto Carvalho e o Superintendente da Infraero de Curitiba, Sr. Mário de Ururany Macedo Neto, assim como outros funcionários da referida estatal		
	REQ 335/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei n.º 1.579, de 1952, e do art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se que a oitiva da Sra. Sílvia Pfeifer, aprovada pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo no Senado, seja realizada em Audiência Pública conjunta com esta CPI da Câmara dos Deputados"	R	
	REQ 290/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que seja convocado o Sr. Presidente de Tribunal de Contas da União, para prestar informações na presente CPI, para deliberar acerca do relatório efetuado sobre a atual ineficiência do sistema aéreo brasileiro junto a União, Anac e Infraero"	R	
	REQ 195/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei n.º 1.579, de 1952, e do art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se a oitiva dos controladores de plantão no Cindacta 1 de Brasília na noite do dia 30 de março de 2007, para que, sob compromisso, esclareçam sobre as circunstâncias que levaram à paralisação daquela data".	R	
	REQ 411/2007 CPIAEREO - dos Srs. Ivan Valente e Luciana Genro - que "requerem a convocação do Coronel Rubens Cardoso Filho, ex-Diretor do Instituto de Proteção ao Vôo – IPV, atual ICEA".	R	
	REQ 263/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952 e dos demais dispositivos regimentais, requer-se a convocação, para prestar depoimento nesta CPI, do Presidente da Infraero, Sr. José Carlos Pereira"	P	
	REQ 265/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952 e dos demais dispositivos regimentais, requeiro à Vossa Excelência a convocação do Sr. Marco Antonio Bologna, Presidente da TAM – Táxi Aéreo Marília –, para comparecer a esta comissão para prestar informações sobre a atual crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro".	P	
	REQ 268/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que seja convocado o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-ar Luiz Carlos Bueno, ex-Comandante da Aeronáutica, para prestar depoimento nesta CPI".	P	
	REQ 286/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que seja convocado o Sr. Major- Brigadeiro-do-ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, para prestar depoimento nesta CPI"	P	
	REQ 287/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que seja convocado o Dr. RISPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTOS JÚNIOR - Consultor em Transporte Aéreo e Planejamento Estratégico - CEPTA - Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas em Transporte Aéreo"	P	
	REQ 294/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que seja convocado o Sr. Adyr Silva, ex-presidente da Infraero, para prestar esclarecimentos sobre sua administração	P	
	REQ 295/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/52, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que seja convocado o Sr. Carlos Wilson Rocha de Queiróz Campos, ex-presidente da Infraero, para prestar esclarecimentos sobre sua administração	P	
	REQ 296/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que seja convocado o Sr. Luis Fernando Perrone, ex-presidente da Infraero, para prestar esclarecimentos sobre sua administração"	P	

DEPUTADO	REQUERIMENTOS*	RES	OBS
	REQ 297/2007 CPIAEREO - dos Srs. Luciana Genro e Ivan Valente - que "requeiro a V. Exa, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei n.º 1.579/1952, do inciso II e <i>caput</i> do art. 36 do Regimento Interno da Câmara, que seja convocado o Sr. Eduardo Bogalho Potengill, ex-presidente da Infraero, para prestar esclarecimentos sobre sua administração"	P	
	REQ 57/2007 CPIAEREO - da Sra. Luciana Genro - que "nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei n.º 1.579, de 1952, e do art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se a oitiva do Senhor Edileuso Souza Cavalcante, brasileiro, primeiro-sargento controlador, ex-diretor de Mobilização da Associação Brasileira do Tráfego Aéreo (ABCTA), para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias da transferência da Cindacta 01 – Brasília/DF, para o núcleo de controle localizado no estado do Rio Grande do Sul"	P	
	REQ 468/2007 CPIAEREO - da Sra. Luciana Genro - que "nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei n.º 1.579, de 1952, e do art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requere-se ao Comando da Aeronáutica e à Infraero os nomes do piloto e co-piloto que operavam o Airbus A320 prefixo MBK da TAM, quando este fazia o voo 3215, proveniente de Confins para Congonhas, dia 16 de julho de 2007".	P	
GUSTAVO FRUET	REQ 394/2007 CPIAEREO - dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris - que "requeir a convocação do Sr. Milton Zuanazzi - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac	A	contra o voto de Paes Landim
	REQ 14/2007 CPIAEREO - do Sr. Gustavo Fruet e outros - que "requeir ao Tribunal de Contas da União a cessão de auditores e técnicos para assessorar os trabalhos desta Comissão"	R	
	REQ 2/2007 CPIAEREO - do Sr. Gustavo Fruet e outros - que "requeir informações ao Tribunal de Contas da União sobre auditorias que tenham como objeto qualquer aspecto que envolva controle e segurança de tráfego aéreo"	R	
	REQ 373/2007 CPIAEREO - dos Srs. Vanderlei Macris e Gustavo Fruet - que "requeir a convocação do Sr. Ministro da Fazenda Guido Mantega"	R	
	REQ 399/2007 CPIAEREO - do Sr. Gustavo Fruet - que "requeir convite ao Sr. Ministro Augusto Nardes"	R	
	REQ 556/2007 CPIAEREO - dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris - que "requeir a convocação do Sr. Brigadeiro José Carlos Pereira, ex-presidente da Infraero, para prestar esclarecimentos a esta CPI sobre indícios de irregularidades, de natureza ética e omissões no cumprimento de atribuições legais de regular e fiscalizar o transporte aéreo nacional, por parte da Diretoria da Anac – Agência Nacional de Aviação Civil"	R	
	REQ 559/2007 CPIAEREO - dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris - que "requeir a convocação do Sr. Promotor Marcelo Goulart para prestar esclarecimentos sobre ação civil pública que resultou em liminar que impediu o início das obras no terminal de cargas do Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto"	R	
	REQ 201/2007 CPIAEREO - do Sr. Gustavo Fruet e outros - que "requeir a convocação do Sr. José Carlos Pereira, Presidente da Infraero"	P	
	REQ 245/2007 CPIAEREO - do Sr. Gustavo Fruet - que "requeir a convocação do Sr. Cláudio Candiota Filho, da Andep – Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as condições de prestação de serviço de controle de tráfego aéreo e nos aeroportos brasileiros"	P	
	REQ 243/2007 CPIAEREO => RCP 1/2007 - do Sr. Gustavo Fruet - (RCP 1/2007) - que "requeir a convocação do Brigadeiro Renato Cláudio Costa Pereira, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre serviço de controle de tráfego aéreo nos aeroportos brasileiros, e os compromissos internacionais do Brasil no setor	P	
	REQ 345/2007 CPIAEREO - do Sr. Gustavo Fruet - que "requeir a convocação do Sr. George Sucupira, presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves - APPA para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a situação de aeroportos do País e da prestação de serviço de controle de tráfego aéreo"	P	
	REQ 400/2007 CPIAEREO - do Sr. Gustavo Fruet - que "requeir convite ao Sr. Lucas Furtado, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União".	P	
	REQ 470/2007 CPIAEREO - do Sr. Gustavo Fruet - que "requeir seja solicitado ao Senhor Ministro da Defesa, Sr. Waldir Pires, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar a conduta do Diretor-Presidente e demais Diretores da Anac – Agência Nacional de Aviação Civil por gestão temerária perante a crise aérea, bem como o descumprimento das atribuições impostas pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005"	P	

DEPUTADO	REQUERIMENTOS*	RES	OBS
	604/2007 CIAAEREO dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris - que "requer que a CPI noticie ao Ministro da Defesa sobre os seguintes atos ilícitos, para que adote as medidas cabíveis"	P	
VIC PIRES FRANCO	REQ 61/2007 CIAAEREO - dos Srs. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) e Solange Amaral - que "requisita do Tribunal de Contas da União servidores técnicos para trabalhar na CPI criada "para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907) e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.""	R	
	REQ 60/2007 CIAAEREO - dos Srs. Solange Amaral e Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "requisita o inteiro teor dos processos administrativos instaurados pela Controladoria Geral da União, na fase em que se encontrarem, que apuram irregularidades na Infraero"	R	
	REQ 222/2007 CIAAEREO - do Sr. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação dos Srs. Walber Sousa Oliveira, Lisandro Koyama, Daniel Tavares de Lima, Rivelino de Paiva e Alex Goncalves Sá, controladores de vôo, para prestarem depoimento nesta CPI".	R	
	REQ 362/2007 CIAAEREO - dos Srs. Efraim Filho e Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação do Sr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, para prestar depoimento nesta CPI"	R	
	REQ 386/2007 CIAAEREO - do Sr. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação da Sra. Marta Suplicy, Ministra de Estado do Turismo, para prestar depoimento nesta CPI"	R	
	REQ 540/2007 CIAAEREO - do Sr. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação do Brigadeiro José Carlos Pereira, ex-presidente da Infraero	R	
	REQ 85/2007 CIAAEREO - dos Srs. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) e Solange Amaral - que "solicita a convocação dos Srs. Jorge Carlos Botelho, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo (SNTPV), e Wellington Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA), para prestarem depoimento nesta CPI"	A PAR CIAL MEN TE	P parcialmente pela aprovação do Requerimento n.º 69/2007
	REQ 158/2007 CIAAEREO - dos Srs. Solange Amaral e Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação do Sr. Major- Brigadeiro-do-ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, para prestar depoimento nesta CPI"	P	
	REQ 324/2007 CIAAEREO - dos Srs. Efraim Filho e Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação do Sr. Cláudio Candiota Filho, Presidente da Andep, Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo, para prestar depoimento nesta CPI"	P	
	REQ 356/2007 CIAAEREO - do Sr. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação do Sr. Major- Brigadeiro Renato Cláudio Costa Pereira, ex-secretário Geral da ICAO - Organização Internacional de Aviação Civil, para prestar depoimento nesta CPI"	P	
	REQ 592/2007 CIAAEREO do Sr. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação do Sr. Milton Zuanazzi, Presidente da Anac"	P	aprovação do req. 633/2007
OTÁVIO LEITE	REQ 111/2007 CIAAEREO - do Sr. Otavio Leite - que "requer ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria especial no Fundo Aeronáutico, nos últimos quatro anos"	R	
SOLANGE AMARAL	REQ 60/2007 CIAAEREO - dos Srs. Solange Amaral e Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "requisita o inteiro teor dos processos administrativos instaurados pela Controladoria Geral da União, na fase em que se encontrarem, que apuram irregularidades na Infraero"	R	
	REQ 61/2007 CIAAEREO - dos Srs. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) e Solange Amaral - que "requisita do Tribunal de Contas da União servidores técnicos para trabalhar na CPI criada "para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907) e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas."	R	
	REQ 401/2007 CIAAEREO - da Sra. Solange Amaral - que "solicita a convocação do Sr. Paulo Roberto Ornelas de Linhares, Coordenador-geral de Polícia de Imigração - CGPI"	R	
	REQ 85/2007 CIAAEREO - dos Srs. Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) e Solange Amaral - que "solicita a convocação dos Srs. Jorge Carlos Botelho, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo (SNTPV), e Wellington Rodrigues, presidente da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA), para prestarem depoimento nesta CPI"	A PAR CIAL MEN TE	P pela aprovação do req 69/2007
	REQ 158/2007 CIAAEREO - dos Srs. Solange Amaral e Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação do Sr. Major- Brigadeiro-do-ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, para prestar depoimento nesta CPI"	P	

DEPUTADO	REQUERIMENTOS*	RES	OBS
EFRAIM FILHO	REQ 348/2007 CPIAEREO - do Sr. Efraim Filho e outros - que "solicita a convocação do Sr. Fernando Brendaglia de Almeida, funcionário da Infraero, para prestar depoimento nesta CPI"	R	
	REQ 349/2007 CPIAEREO - do Sr. Efraim Filho e outros - que "solicita a convocação do Sr. Roberto Spinelli Junior, funcionário da Infraero, para prestar depoimento nesta CPI"	R	
	REQ 350/2007 CPIAEREO - do Sr. Efraim Filho e outros - que "solicita a convocação do Sr. Tércio Ivan de Barros, funcionário da Infraero, para prestar depoimento nesta CPI"	R	
	REQ 351/2007 CPIAEREO - do Sr. Efraim Filho e outros - que "solicita a convocação do Sr. José Wellington Moura, funcionário da Infraero, para prestar depoimento nesta CPI"	R	
	REQ 353/2007 CPIAEREO - do Sr. Efraim Filho e outros - que "solicita a convocação da Sra. Márcia Gonçalves Chaves, funcionária da Infraero, para prestar depoimento nesta CPI"	R	
	REQ 354/2007 CPIAEREO - do Sr. Efraim Filho e outros - que "solicita a convocação da Sra. Mariângela Russo, funcionária da Infraero, para prestar depoimento nesta CPI"	R	
	REQ 324/2007 CPIAEREO - dos Srs. Efraim Filho e Vic Pires Franco (PSDB/DEM/PPS) - que "solicita a convocação do Sr. Cláudio Candiota Filho, Presidente da Andep, Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo, para prestar depoimento nesta CPI"	P	
EDUARDO CUNHA	REQ 166/2007 CPIAEREO - do Sr. Eduardo Cunha (Bloco Governo) - que "requer que esta Comissão visite as áreas de manutenção das companhias aéreas"	A	contra os votos de Beto Mansur, Ivan Valente, Gustavo Fruet e Carlos Zarattini
	REQ 377/2007 CPIAEREO - do Sr. Eduardo Cunha (Bloco Governo) - que "requer a convocação do Sr. Maurício Botelho, ex- Presidente da Embraer"	A	contra o voto de Paes Landim
	REQ 37/2007 CPIAEREO - do Sr. Eduardo Cunha (Bloco Governo) - que "requer a convocação, para prestar depoimento na presente CPI, dos pilotos do Jato Legacy, da América ExcelAir, Joseph Lepore e Jan Paul Paladino"	P	aprovação dos reqs. 71 72/2007
	REQ 33/2007 CPIAEREO - do Sr. Eduardo Cunha (Bloco Governo) - que "requer a convocação do Presidente da TAM - Táxi Aéreo Marília. Sr. Antonio Bologna"	P	
	REQ 174/2007 CPIAEREO - do Sr. Eduardo Cunha (Bloco Governo) - que "requer a convocação do Tenente-Brigadeiro PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO"	P	
	REQ 256/2007 CPIAEREO - do Sr. Eduardo Cunha (Bloco Governo) - que "requer a convocação de DANIEL ROBERT BACHMANN. Brasileiro, funcionário da Embraer e passageiro do Jato Legacy que colidiu com o Boeing da Gol".	P	
	REQ 38/2007 CPIAEREO - do Sr. Eduardo Cunha (Bloco Governo) - que "requer convocação, para prestar depoimento o na presente CPI o Sargento Edleuzo Souza Cavalcanti, líder nacional da categoria dos controladores de vôo"	P	

Apêndice C – Uso da palavra

ORADORES	STATUS T – TITULAR S- SUPLENTE	ALINHAMENTO 1=GOVERNO 2=OPOSIÇÃO	USO DA PALAVRA
TITULARES			
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
André Vargas	T	1	28
Antonio Carlos Pannunzio	T	1	L
Beto Mansur	T	1	22
Carlos Zarattini	T	1	31
Eduardo Cunha	T	1	49
João Magalhães	T	1	0
José Carlos Araújo	T	1	18
Leonardo Quintão	T	1	14
Luiz Sérgio	T	1	L
Marcelo Castro	T	1	52
Marco Maia	T	1	62
Nelson Meurer	T	1	4
Nelson Pellegrino	T	1	5
Paes Landim	T	1	6
Pepe Vargas	T	1	40
Wladimir Costa	T	1	8
PSDB/DEM/PPS	T		
Antonio Carlos Mendes Thame	T	2	13
Fernando coruja	T	2	L
Geraldo Thadeu	T	2	13
Gustavo Fruet	T	2	46
Júlio Redecker	T	2	L
Onyx Lorenzoni	T	2	L
Solange Amaral	T	2	25
Vanderlei Macris	T	2	53
Vic Pires Franco	T	2	60
Vitor Penido	T	2	0
PSB/PDT/PCdoB/PMN			
Dr. Ubiali	T	1	46
Osmar Júnior	T	1	5
Wolney Queiroz	T	1	10
PV	T		
Fernando Gabeira	T	1	27
Marcelo Ortiz	T	1	L
PSOL	T		
Luciana Genro	T	2	37
	T		
SUPLENTE	T		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB			
Cândido Vaccarezza	S	1	16
Carlos Willian	S	1	30
Edson Santos	S	1	9
Eduardo Valverde	S	1	28

ORADORES	STATUS T – TITULAR S- SUPENTE	ALINHAMENTO 1=GOVERNO 2=OPOSIÇÃO	USO DA PALAVRA
Fátima Pelaes	S	1	0
Felipe Pereira	S	1	8
Léo Alcântara	S	1	3
Luiz Fernando Faria	S	1	0
Nelson Pellegrino	S	1	1
RochaLoures	S	1	35
Sabino Castelo Branco	S	1	6
Sandes Júnior	S	1	0
PSDB/DEM/PPS	S		
Arnaldo Jardim	S	2	2
Carlos Sampaio	S	2	3
Davi Alcolumbre	S	2	0
Efraim filho	S	2	36
Otávio Leite	S	2	37
Rodrigo de Castro	S	2	7
Silvinho Peccioli	S	2	0
PSB/PDT/PCdoB/PMN	S		
Sílvio Costa	S	1	3
Miguel Martini	S	1	53
Sérgio Brito	S	1	4
PV		1	
Fábio Ramalho	S	1	2
PSOL	S		
Ivan Valente	S	2	45

FONTE: INTRANET/CÂMARA DOS DEPUTADOS BANCO DE DADOS DISCURSOS
PARLAMENTARES/COMISSOES/CAMPO/ORADORES

Apêndice D – Requerimentos votados na ordem de inclusão na pauta da ordem do dia, organizada por temas, por decisão do Presidente e do Relator

Legenda:

Governo	1
Oposição	2
Aprovado do governo	1
Rejeitado do governo	2
Prejudicado do governo	3
Aprovado da oposição	4
Rejeitado da oposição	5
Prejudicado da oposição	6

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
88	1	1
70	1	1
36	1	1
24	2	4
79	1	1
27	2	4
45	2	4
54	2	4
74	1	1
43	2	4
55	2	4
71	1	1
72	1	1
37	1	3
69	1	1
78	1	1
6	2	4
44	2	4
50	2	4
85	2	5
77	1	1
20	1	1
35	1	1
80	1	1
11	2	4
29	2	4
32	1	1
76	1	1
9	2	4
39	1	1
75	1	1
48	1	1
73	1	1
12	2	4
41	1	1

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
93	1	1
64	1	1
81	1	1
82	1	1
91	1	1
3	2	4
5	2	4
25	2	4
83	1	1
92	1	1
16	2	4
26	2	4
1	2	4
15	2	4
42	2	4
46	2	4
47	2	4
130	2	4
30	2	4
94	2	4
95	2	4
100	1	1
101	1	1
102	1	1
104	1	1
105	1	1
106	1	1
107	1	1
108	1	1
109	1	1
110	1	1
148	1	1
165	1	1
187	2	4
188	2	4
175	1	1
182	2	4
214	2	4
183	2	4
196	1	1
197	1	1
199	2	4
200	2	4
204	2	4
215	1	1
227	2	4
228	2	4
233	1	1
301	2	4
316	2	4
166	1	1

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
224	1	1
14	2	4
216	1	1
61	2	5
56	1	1
96	2	4
154	2	4
157	2	4
159	2	4
97	2	4
115	1	1
117	1	1
118	1	1
119	1	1
120	1	1
121	1	1
122	1	1
150	2	4
169	1	1
189	1	1
181	1	1
194	2	4
223	2	4
360	1	1
361	1	1
103	1	1
315	2	4
328	2	4
111	2	5
327	2	4
330	2	4
346	2	4
8	2	4
201	2	6
209	1	3
263	2	6
18	1	1
33	1	3
66	1	3
140	1	3
179	1	1
265	2	4
84	2	4
268	2	6
98	2	4
158	2	6
174	1	3
234	1	3
286	2	6
99	2	4
307	1	1

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
311	1	1
112	2	4
147	1	1
161	2	4
162	1	1
287	2	6
317	2	6
184	2	4
185	2	4
208	1	1
294	2	6
320	2	6
210	1	1
295	2	6
211	1	1
296	2	6
334	2	6
212	1	1
297	2	6
323	2	6
225	1	1
256	1	3
237	2	4
245	2	6
247	2	6
324	2	6
238	2	4
243	2	6
246	2	6
356	2	6
306	1	1
318	2	4
339	1	1
340	1	1
341	1	1
342	1	1
343	1	3
344	2	4
345	2	6
192	2	4
193	2	4
226	2	4
333	1	1
335	1	1
357	2	4
372	1	1
384	2	4
383	2	4
379	2	4
168	1	1
378	1	1

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
363	2	4
376	1	1
293	2	4
4	2	4
220	1	1
262	2	4
28	2	4
131	1	1
282	2	4
371	1	1
377	1	1
126	1	1
278	2	4
127	1	1
280	2	4
129	1	1
281	2	4
347	1	1
155	2	4
283	2	4
156	2	4
202	2	4
259	2	4
221	1	1
272	2	4
284	2	4
304	1	1
305	1	1
308	1	1
309	1	1
329	1	1
358	1	1
364	2	4
365	2	4
368	1	1
303	2	4
375	1	1
390	1	1
391	1	1
392	1	1
403	1	1
404	1	1
405	1	1
2	2	5
60	2	5
248	2	5
218	2	5
240	2	5
259	2	5
258	2	5
299	2	5

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
389	2	4
398	2	4
407	2	4
415	2	4
418	2	4
419	2	4
421	2	4
422	2	4
423	2	4
424	2	4
425	2	4
22	1	1
23	1	1
113	1	1
114	1	1
173	1	1
289	2	4
7	2	4
38	1	3
49	1	3
57	2	6
144	1	3
31	2	5
257	2	5
335	2	5
52	1	1
53	1	1
68	1	2
152	2	4
229	2	4
176	1	2
290	2	5
195	2	5
222	2	4
239	2	5
338	1	1
362	2	5
382	2	6
400	2	6
370	1	1
373	2	5
374	1	1
386	2	5
387	2	4
393	2	5
394	2	4
399	2	2
401	2	5
408	2	4
410	2	4
411	2	5

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
412	2	4
414	1	1
416	1	1
417	2	?
462	2	4
463	1	1
464	1	1
433	2	4
436	2	4
445	2	4
446	1	1
447	1	1
449	1	1
451	1	1
452	1	1
454	1	1
456	1	1
457	1	1
458	1	1
459	2	4
460	1	1
461	1	1
432	1	1
450	1	3
453	1	3
428	1	1
441	1	1
444	1	1
429	1	1
430	1	1
439	1	1
431	1	1
440	1	1
443	1	1
434	2	4
435	2	4
442	1	1
467	2	4
477	1	1
479	1	1
482	1	1
483	1	1
485	1	1
486	1	1
490	1	1
491	1	1
492	1	1
496	2	4
497	2	4
498	2	4
499	2	4

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
465	2	4
466	1	1
478	1	1
480	1	1
493	1	1
500	1	1
469	2	4
471	2	4
472	2	4
473	2	4
475	2	4
481	1	1
484	1	1
468	2	6
494	1	1
495	2	4
507	2	4
510	2	4
519	2	4
520	2	4
517	1	1
506	2	4
508	1	1
511	1	1
512	1	1
513	1	1
514	1	1
515	1	1
516	1	1
521	1	1
523	1	1
525	1	1
524	1	1
530	2	4
531	2	4
538	2	4
539	1	1
545	1	1
547	1	1
554	1	1
558	2	4
560	1	1
562	2	4
564	2	4
565	2	4
566	2	4
470	2	6
532	2	4
546	1	1
526	1	1
528	1	2

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
529	1	2
535	1	1
536	1	1
544	2	4
540	2	5
556	2	5
543	2	4
548	1	1
559	2	5
571	1	1
577	1	1
579	1	1
509	2	4
568	2	4
575	2	4
582	2	4
417	2	4
527	1	1
537	2	4
542	2	4
557	2	4
588	1	1
593	1	1
596	1	1
597	1	1
598	1	1
599	1	1
600	2	4
601	2	4
586	2	4
587	1	1
602	1	1
603	1	1
604	2	6
607	1	1
611	1	1
612	1	1
615	2	4
620	1	1
348	2	5
349	2	5
350	2	5
351	2	5
353	2	5
354	2	5
561	2	4
574	1	1
563	2	4
614	2	4
570	1	1
572	1	1

Requerimento n.º	Grupo	Resultado
573	1	1
627	2	4
628	2	4
625	1	1
608	1	3
589	2	6
605	2	4
618	1	1
590	1	1
594	1	1
617	1	1
629	1	1
630	2	4
632	2	4
580	1	1
581	1	1
583	2	4
584	2	4
585	2	4
609	2	4
610	2	4
613	2	4
623	2	4
624	2	4
625	2	4
626	2	4
631	2	4
633	1	1